



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 21 de Fevereiro 2025

CLIPPING

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Expressão Caiçara • Fala Caraguá • Tamoios News • Radar Litoral • Ubatuba Times • Nova Imprensa • G1 Vanguarda • Band Vale • 012 News • Diário Caiçara

✉ jornalismo@caraguatatuba.sp.gov.br

📘 @prefeituradecaraguatatuba

📷 @caraguatatuba_oficial

Índice

Política.....	4
Expressão Caiçara.....	4
Expressão Caiçara.....	5
Presidente da Câmara de Caraguatatuba assina documentos financeiros e reforça compromisso com a transparência.....	6
Câmara de Caraguatatuba realiza solenidade em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.....	7
Mateus Silva busca apoio do Estado para pesca artesanal e regularização fundiária em Caraguá.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Folha de São Paulo.....	10
Folha de São Paulo.....	11
Folha de São Paulo.....	12
Folha de São Paulo.....	13
Folha de São Paulo.....	14
Folha de São Paulo.....	15
Folha de São Paulo.....	16
O Estado de São Paulo.....	17
O Estado de São Paulo.....	18
O Estado de São Paulo.....	20
O Estado de São Paulo.....	21
Cotidiano.....	22
Expressão Caiçara.....	22
Expressão Caiçara.....	23
Expressão Caiçara.....	24
Folha de São Paulo.....	25
Folha de São Paulo.....	26
Folha de São Paulo.....	27
O Estado de São Paulo.....	28
O Estado de São Paulo.....	28
Gerais - Local.....	30
Expressão Caiçara.....	30
Expressão Caiçara.....	31
Caraguatatuba: Dono de adegas é morto a tiros no Perequê-Mirim.....	32
Agentes da Guarda Civil de Caraguatatuba atendem ocorrência de tentativa de roubo.....	33
Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba fortalece parceria com Clube dos Aventureiros e Desbravadores.....	34
Guarda Civil de Caraguatatuba atende ocorrência de crime de desacato e dano ao patrimônio público.....	35
Homem é assassinado no início da manhã em Caraguá; Polícia Civil esclarece crime e autor é preso em Poá.....	36
Dono de adegas é morto a tiros por disputa de terras.....	37
GCM prende procurado pela justiça no Porto Novo e homem traficando drogas em Caraguatatuba.....	38

Esporte e Turismo - Local.....	39
Expressão Caiçara.....	39
Expressão Caiçara.....	40
Expressão Caiçara.....	41
Últimas apresentações do 'Canto Caiçara' movimentam fim de semana em Caraguatatuba.....	42
Cultura - Local.....	44
Feira agroecológica do coletivo Rapecca é destaque neste sábado em Caraguatatuba	44

Política

Expressão Caiçara

Sob a gestão de Antonio Carlos Junior, Câmara passa por reestruturação e avança na transparência

A Câmara Municipal enfrentou desafios significativos no início do ano, quando Antonio Carlos Junior assumiu a presidência no dia 1º de janeiro. Segundo ele, o cenário encontrado no dia 2 de janeiro era de total desestruturação, com falta de alvará de funcionamento (AVCB), sistemas fora do ar, telefones inoperantes e computadores em condições precárias. Em pouco mais de 45 dias, uma série de medidas foram adotadas para garantir o pleno funcionamento do Legislativo e proporcionar melhores condições de trabalho para vereadores, servidores e municipais.

Entre as principais ações adotadas, o presidente destacou a rescisão de contratos antigos e a abertura de novos processos licitatórios com total transparência, garantindo que os gastos sejam apresentados em prestação de contas. "Estamos trabalhando ativamente, rescindindo contratos antigos e, agora, licitando novos com total transparência. Todos terão acesso às informações sobre esses processos", afirmou Antonio Carlos Junior.

A reforma administrativa também se destaca como um ponto essencial para a modernização da Câmara. Atualmente, a Casa conta com 17 servidores de carreira, sendo que 11 estão em abono de permanência. A grande quantidade de cargos comissionados, em comparação ao número de servidores efetivos, é um problema que precisa ser resolvido. "A reforma administrativa é fundamental para reestruturarmos a Câmara e prestarmos um serviço de qualidade, garantindo que as contas sejam aprovadas pelo Tribunal de Contas", explicou o presidente.



Para isso, estão sendo realizadas reuniões constantes com servidores de carreira e especialistas na área. "Estamos debatendo a reforma administrativa e discutindo também a realização de um novo concurso público, que é uma das metas dessa gestão", destacou Antonio Carlos Junior. A principal meta é melhorar a estrutura do Legis-

lativo para atender com mais eficiência a população, vereadores e assessores.

Além da reestruturação interna, a Câmara também avançou na transparência e acessibilidade. A TV Câmara passou por melhorias e está funcionando plenamente, permitindo que a população acompanhe as sessões ao vivo e que os vereadores utilizem a

plataforma para divulgar seus projetos e ações. Além disso, a transmissão das sessões pelo Facebook foi retomada, ampliando ainda mais o alcance e a participação popular.

Apesar das mudanças, algumas polêmicas surgiram, mas Antonio Carlos Junior reforça que todas as ações estão sendo realizadas dentro da legalidade. "Há muitos boatos circulando, mas todas as compras e contratos estão sendo feitos com transparência, visando sempre melhorar as condições de trabalho dos servidores e oferecer o melhor atendimento à população", afirmou.

"A Câmara Municipal segue firme em seu compromisso de fortalecer sua estrutura e consolidar um Legislativo mais transparente, acessível e eficiente para toda a cidade", concluiu Antonio Carlos Junior.



Expressão Caiçara

Presidente da Câmara recebe conselheiras tutelares e discute melhorias para o serviço



O presidente da Câmara Municipal de Caraguatuba, Antonio Carlos Junior, recebeu as conselheiras do Conselho Tutelar para debater a Lei 97, de 29 de março de 2023. Durante a reunião, as profissionais manifestaram preocupação com alguns pontos da legislação, especialmente em relação à carga de trabalho e às condições operacionais do órgão.

Segundo as conselheiras, a jornada tem sido exaustiva, pois, além do expediente regular, elas permanecem em plantão contínuo, sem tempo adequado para descanso. Outro ponto levantado foi a limitação de deslocamento: atualmente, elas não podem sair do

município para acompanhar menores em trânsito, o que inviabiliza a assistência a crianças que precisam retornar à cidade de origem, como São Sebastião.

Além disso, destacaram a necessidade de um sistema mais eficiente para registro e acompanhamento dos casos atendidos. Atualmente, as informações são organizadas apenas em uma planilha de Excel, enquanto cidades como São José dos Campos contam com plataformas digitais que permitem o cadastro e atualização dos dados em tempo real. Para viabilizar essa modernização, de acordo com elas, seria necessário o investimento em computadores e acesso à internet.

As conselheiras também apresentaram outros pedidos para aprimorar o serviço prestado à comunidade. Diante das reivindicações, Antonio Carlos Junior solicitou que todas as demandas sejam formalizadas, para que ele possa levá-las ao conhecimento dos vereadores e buscar soluções.

"O Conselho Tutelar desempenha um papel essencial na proteção da infância e adolescência. Nosso compromisso é garantir que as conselheiras tenham as condições necessárias para exercer esse trabalho com eficiência e dignidade", afirmou o presidente da Câmara.

Veículo
Fala Caraguá



Presidente da Câmara de Caraguatatuba assina documentos financeiros e reforça compromisso com a transparência

O presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba, Antonio Carlos da Silva Junior, esteve reunido no gabinete da presidência para despachar e assinar documentos financeiros ao lado de Angela Maria Muniz Ferreira. A ação faz parte da rotina administrativa e reforça o compromisso da atual gestão com a transparência e a eficiência na administração pública.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caraguá



Câmara de Caraguatatuba realiza solenidade em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realiza, no próximo dia 6 de março (quinta-feira), às 19h, a Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento, que ocorrerá no plenário do Legislativo, tem como objetivo homenagear mulheres que se destacaram pelos relevantes serviços prestados ao município.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
Ubatuba Times



Mateus Silva busca apoio do Estado para pesca artesanal e regularização fundiária em Caraguá

A Prefeitura de Caraguatatuba participou nesta semana de uma reunião estratégica com representantes do Governo do Estado de São Paulo para debater iniciativas voltadas ao fortalecimento da pesca artesanal e à regularização fundiária. O encontro ocorreu na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Folha de São Paulo

STF abre delação de Cid e tenta evitar julgamento em 2026; Bolsonaro aposta em pressão

Ex-presidente afirma a aliados que não há nada a fazer em caso de prisão; tribunal se articula para evitar contaminação eleitoral

Marianna Holanda
e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai insistir no discurso de sua candidatura à Presidência em 2026 e na pressão de movimentos de rua e de aliados internacionais após ser denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) sob a acusação de liderar uma trama golpista.

A estratégia visa manter seu capital político enquanto ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) se articulam para julgá-lo ainda neste ano, de forma a evitar uma possível contaminação das próximas eleições presidenciais.

O ministro Alexandre de Moraes decidiu nesta quarta-feira (19) pela derrubada do sigilo dos depoimentos do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, na delação premiada com a Polícia Federal.

O ex-presidente foi acusado na terça (18), junto com outras 33 pessoas, pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, por crimes como tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, além de participação em organização criminosa.

O objetivo de Bolsonaro é levar a candidatura até o último momento, considerando que passar o bastão para outro nome precocemente poderia enfraquecê-lo nas decisões do campo da direita e diminuir suas chances de reverter potencial prisão e inelegibilidade, em vigor até 2030.

A estratégia lembra a de Lula (PT) em 2018, quando se lançou candidato, mesmo preso, e Fernando Haddad (PT) só foi oficializado em setembro.

O STF deve decidir inicialmente se a denúncia será aceita para só depois dar os passos seguintes.

A previsão é que o julgamento seja realizado na Primeira Turma (formada por Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia), mas, como relatou a colunista Mônica Bergamo, há ministros inconformados e que devem contestar essa decisão. Na avaliação desses magistrados, trata-se de caso de grande repercussão que deveria ser julgado pelo plenário da corte.

Bolsonaro e seus aliados elaboraram nesta quarta-feira (19) uma série de estratégias para reverter a narrativa desfavorável, entre elas a aposta na pressão das ruas e no apelo a entidade internacionais, alegando perseguição.

Também foi decidido usar a narrativa de que as ações no 8 de janeiro de 2023 não diferem das praticadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Bolsonaro se reuniu com deputados na casa do líder da oposição, Coronel Zucco (PL-RS), em Brasília, onde houve um alinhamento do discurso político com o da defesa técnica. Parlamentares saíram do encontro com um texto redigido, nomeado Manifesto em Defesa da Democracia e da Liberdade no Brasil.

O texto fala, entre outras coisas, que “o sistema quer matar

Bolsonaro politicamente porque ele já aparece à frente das pesquisas contra o descredenciado”, em referência a Lula. O manifesto apela ainda a organizações internacionais, direito humano e queixa de perseguição.

Também na reunião ficou consolidada a reformulação dos atos de 16 de março. Inicialmente, os protestos seriam pelo impeachment de Lula e em todo o país. Agora, o foco será em Copacabana (RJ), e com prioridade na anistia e “Fora, Lula” em 2026.

A orientação veio do próprio Bolsonaro. Ele disse que não quer faixas no evento — teme que haja alguma com pedido antedemocrático que possa prejudicar ainda mais sua situação jurídica.

A liberação do conteúdo da delação de Cid se tornou um novo foco de desgaste para bolsonaristas, com a descrição de novos detalhes sobre a trama golpista.

Segundo relatos, o ex-presidente também foi questionado sobre o que devem fazer diante de uma eventual prisão, a que ele respondeu que nada. Recentemente, também já admitiu a um aliado essa possibilidade, dizendo ser esse o desejo do Supremo.

Apesar da perspectiva de julgamento ainda neste ano, aliados do ex-presidente dizem que é possível que o julgamento acabe sendo postergado, diante de um clima social desfavorável à prisão, caso a aprovação de Lula continue piorando. Nesse cenário, afirmam que a corte é influenciada pelo ambiente político.

Folha de São Paulo

Bolsonaro liderou trama para reverter eleição de Lula e tinha discurso pós-golpe pronto, diz PGR

Conforme indicado na peça de acusação, o ex-presidente tinha conhecimento da existência de um plano para matar o petista eleito; sua defesa nega acusações e afirma que a Procuradoria construiu uma narrativa

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Jair Bolsonaro (PL) liderou a trama golpista, sabia do plano para matar Lula (PT) e tinha até discurso pronto para quando houvesse a efetivação do golpe, concluiu o procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, na denúncia apresentada ao STF (Supremo Tribunal Federal) na terça-feira (18).

O ex-presidente e outras 33 pessoas foram denunciadas sob acusação de estimular e realizar atos contra os três Poderes e o Estado democrático de Direito. As denúncias serão analisadas pelo relator do caso no Supremo, ministro Alexandre de Moraes, e julgadas na Primeira Turma da corte.

Bolsonaro nega tanto a articulação por um golpe como o conhecimento do plano de assassinatos. Sua defesa afirmou que recebeu com "estarcimento e indignação" a denúncia e que não há elementos na peça da PGR (Procuradoria-Geral da República) que o conecte à "narrativa construída" no documento.



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chega ao Senado horas antes de PGR divulgar sua denúncia. Gabriela Biló - 18.fev.25/Folhapress

Bolsonaro sabia e concordou com plano de golpe

A denúncia o põe no centro da trama golpista, como líder da suposta organização criminosa que buscava sua permanência no poder.

Para a PGR, Bolsonaro concordou com o plano levado até ele. O texto teria o STF como alvo a ser "neutralizado" e cogitava o uso de "armas bélicas contra o ministro Alexandre de Moraes e a morte por envenenamento de Luiz Inácio Lula da Silva".

Outros planos encontrados na posse dos denunciados se somam a este, segundo a acusação. "Neles se buscava o controle total sobre os três Poderes; neles se dispunha sobre um gabinete central, que haveria de servir ao intuito de organizar a nova ordem que pretendiam implantar", diz. Um dos planos terminava com a frase: "Lula não sobe a rampa".

Cadeia de acontecimentos

Gonet sustenta que os crimes não são de ocorrência instantânea, mas se desenrolam em uma cadeia de acontecimentos, como ataques ao sistema eletrônico de votação, elaboração de planos golpistas e manifestações que levariam aos atos de 8 de janeiro.

Mas o objetivo seria sempre o mesmo: "a organização não deixar o poder, ou a ele retornar, pela força, ameaçada ou exercida".

A denúncia diz que pelo menos desde 2021 o ex-presidente adotou crescente tom de ruptura com a normalidade institucional em pronunciamentos públicos,

Valdemar, padre e argentino ficam fora de denúncia

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, é um dos nomes que constavam entre os indicados pela PF, mas que não foram denunciados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em relação a parte deles, a denúncia aponta que ainda serão feitas diligências complementares ou que suas condutas serão analisadas em processos separados.

Além de Valdemar, o influenciador argentino Fernando Cerimedo também não foi alvo da PGR, mas foi indiciado pela PF.

O mesmo se deu com quatro coronéis, sendo dois deles da reserva. Três deles eram apontados como suspeitos de articular carta que pressionava a cúpula das Forças Armadas a dar um golpe contra Lula. Também ficaram fora da denúncia da PGR Tércio Arnaud Tomaz, ex-assessor de Bolsonaro, e o padre José Eduardo de Oliveira e Silva.

mostrando-se descontente com as urnas e decisões de tribunais superiores. A escalada teria ganhado impulso quando Lula se tornou elegível depois da anulação das condenações criminais.

Grupo visou manter militância apaixonada

Segundo a PGR, a organização alimentou falsas narrativas de fraude nas urnas e as repassou a influenciadores para mobilizar a população e sensibilizar as Forças Armadas a instaurar um regime de exceção no país.

Mesmo após relatório confirmar a integridade do processo, narrativas e distorções de dados teriam sido criadas para manter a "militância apaixonada e disposta a aceitar soluções de violência à ordem constitucional".

Bolsonaro fez ajustes em minuta do golpe

A peça diz que Bolsonaro recebeu a minuta de decreto golpista que alegava interferências do Judiciário no Executivo e propunha novas eleições e prisão de autoridades como Moraes e Gilmar Mendes e o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

O ex-presidente teria ajustado o documento para focar a prisão de Moraes e novas eleições.

Com o decreto concluído, Bolsonaro teria organizado reuniões com militares de alta patente, a fim de lhes apresentar o documento e convencê-los a dar o suporte necessário.

Ex-presidente já tinha discurso pronto

A acusação diz que haveria até

discurso pronto para quando o ex-presidente efetivasse o golpe.

O texto, diz, "reforça o domínio que este [Bolsonaro] possuía sobre as ações da organização criminosa, especialmente sobre qual seria o desfecho dos planos traçados — a sua permanência autoritária no poder, mediante o uso da força".

O suposto discurso deturpa o "princípio da moralidade institucional", definido por um ex-orientando do atual ministro Ricardo Lewandowski em tese de doutorado na USP. E usa o conceito para argumentar que os ministros do STF agem de forma ilegal que seria necessário detê-los.

"Na Antiguidade, 'Dar a cada um o que é seu' já era uma ideia defendida por Aristóteles, como definição de justiça e princípio de direito. No Iluminismo, a necessidade de 'resistência às leis injustas' já era uma ideia defendida por Tomás de Aquino", diz um dos trechos do discurso.

Cúpula sabia de eventos prévios ao 8 de janeiro

Gonet diz que a suposta organização criminosa mantinha controle sobre manifestações antidemocráticas no Brasil, que o núcleo central estava em constante interlocução com lideranças populares, com atos de direcionamento, "mostrando-se plenamente ciente de todos os movimentos que seriam realizados por seus apoiadores". E que "o grupo aguardava o evento popular como a tentativa derradeira de consumação do golpe, tanto que, uma vez iniciadas as ações de vandalismo, Mauro Cid co-

mentou com a sua mulher: "Se o EB [Exército Brasileiro] sair dos quartéis... é para aderir".

Grupo usava estrutura da Abin

O grupo também se valeria de meios digitais para atacar rivais e o sistema eleitoral, criando notícias falsas e utilizando indevidamente a estrutura da Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

A PGR diz que os "mesmos alvos apontados publicamente pelo então presidente da República eram simultaneamente atingidos de forma virtual, com criação e multiplicação de notícias falsas".

A estrutura seria composta por policiais federais cedidos à agência e oficiais sob o comando do então diretor-geral Alexandre Ragem. "O núcleo atuava como central de contra-inteligência da organização criminosa".

Em poder das informações, esse núcleo supostamente realizava ações de campo e armava vínculos falseados com fatos que os constrangesse. Produzia desinformação contra seus opositores por meio da Abin.

Tentativa é o fato punível descrito na lei

Gonet ainda argumenta que os crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de Direito falam de atentados contra as instituições democráticas. Dessa maneira, defende o procurador-geral, é a tentativa que está descrita na lei, não a concretização do atentado, "até pela acácia verdade de que golpes que se consumam não dão ensejo a punição dos vitoriosos", afirma.

Folha de São Paulo

Acusação da PGR chega a conclusões que PF não bancou em indiciamento

Investigação mostra articulação golpista, mas alguns pontos têm comprovação frágil

BRÁSILIA A denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, eleva em alguns pontos as conclusões da Polícia Federal sobre a trama golpista do governo de Jair Bolsonaro (PL), além de trazer afirmações amparadas em frágil comprovação.

A PGR (Procuradoria Geral da República) —que é o órgão responsável pela acusação no processo— denunciou o ex-presidente por dano contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado, em decorrência dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, e afirma que ele concordou com o plano de assassinar Lula (PT), Geraldo Alckmin (PSB) e Alexandre de Moraes.

Além de imputar os crimes, Gonet também pede que seja fixado um valor mínimo para reparação dos danos causados entre os acusados, inclusive o ex-presidente.

Os crimes pelo 8 de janeiro não constam no indiciamento, embora a PF tenha traçado ligação entre os ataques e Bolsonaro. Em seu relatório final, a polícia também não fala que Bolsonaro concordou com plano de assassinato.

Para amparar esses dois avanços em relação à investigação, Gonet cita mensagens de WhatsApp que não são conclusivas e que no-

dem ter interpretações diversas da apresentada em seu relatório.

Gonet faz ligação de Bolsonaro com os ataques de 8 de janeiro dizendo haver “mensagens trocadas diretamente” pelo ex-presidente e cita uma de 2 de janeiro de 2023, enviada pelo major da Aeronáutica Maurício Pazini Brandão.

“O plano foi complementado com as contribuições de sua equipe. Aguardamos na esperança de que será implementado. Bom dia. A ‘minha tropa’ (hehehehe) continua com ‘sangue nos olhos’... Bom dia. Feliz Ano Novo. Conversa hoje com o Amir. Desmobilizamos a tropa ou permanecemos em alerta?”

Não há indicação na investigação ou na denúncia de que Bolsonaro, que estava nos Estados Unidos, tenha respondido.

Gonet também fundamenta que havia um contexto de golpe em favor de Bolsonaro e diz que o 8 de janeiro foi um episódio “fomentado e facilitado pela organização denunciada, que assim, por mais essa causa, deve ser responsabilizada”.

Apresenta ainda mensagens de Mauro Cid, ex-chefe da Ajudância de Ordens de Bolsonaro, no sentido de que alguma coisa estava para acontecer nos primeiros di-



O procurador-geral da República, Paulo Gonet, participa de sessão plenária do Supremo Tribunal Federal em Brasília.

as de janeiro de 2023.

No depoimento mais recente de sua delação, Cid procurou negar que suas mensagens tivessem alguma relação com o que viria a acontecer no dia 8.

Cid, com sua delação, é considerado uma espécie de fio condutor do inquérito, mas essa posição sua não é levada em conta na denúncia da PGR.

O mesmo ocorre com a suposta ciência e anuência de Bolsonaro ao plano “Punhal Verde Amarelo”, documento possivelmente produzido pelo general da reserva Mario Fernandes —então número 2 da Secretaria-Geral da Presidência— e que traçava plano de matar Moraes, Lula (PT) e seu vice, Geraldo Alckmin (PSB).

A PF diz que Bolsonaro tomou ciência do plano pelo fato de ele ter sido impresso por Fernandes no Palácio do Planalto em dias em que possivelmente se encontrou com o então presidente.

Gonet vai além e fala que Bolsonaro não só tomou conhecimento como concordou com a proposta de assassinatos, o que só não teria saído do papel devido à recusa do então comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, em aderir ao golpe.

Para respaldar sua afirmação, Gonet cita mensagem de WhatsApp enviada por Fernandes a Cid em que o general diz ter tido uma conversa com o presidente e que “qualquer ação” poderia acontecer até 31 de dezembro.

Em depoimento, Cid diz não ter condições de afirmar se Bolsonaro sabia da existência do plano.

Ranier Bragion, Marcelo Rocha, César Feitosa e José Moraes

Folha de São Paulo



O presidente Lula recebe o primeiro ministro de Portugal Luis Montenegro no Palácio do Itamaraty Gabriela Biló/Folhapress

Governo adota cálculo político e evita onda de ataques a Bolsonaro

Aliados pretendem reforçar atos de apoio ao governo, como 1º de maio, para contrapor ações bolsonaristas após denúncia

Catia Seabra

BRASÍLIA Ministros do governo reproduziram nesta quarta-feira (19) o discurso do presidente Lula (PT) sobre a denúncia da PGR (Procuradoria Geral da República) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em um esforço de despolitização do processo.

A avaliação no governo Lula é que o distanciamento político legítimo a condução do STF (Supremo Tribunal Federal), e neutraliza o argumento bolsonarista da perseguição para fins eleitorais.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), disse que Lula pôs em prática a crença de que todos têm o direito de se defender sem interferência do jogo político partidário. "É legítimo, em qualquer Estado democrático de Direito, tem que ter liberdade para investigar e as pessoas têm que ter liberdade para se defender, sem botar isso no âmbito da política", afirmou.

Segundo ele, a Justiça tem que ter independência e autonomia para julgar. "O presidente acredita nisso, que todo cidadão tem o direito de se defender sem estar a política interferindo nisso."

Lula disse nesta quarta (19) que, se o STF decidir que Bolsonaro e demais denunciados pela PGR tiveram envolvimento com a trama golpista, eles terão de "pa-

gar pelo erro que cometeram".

Disse ainda que todas as pessoas têm direito a presunção de inocência e que, se os denunciados provarem que não tiveram envolvimento com a tentativa de golpe de estado e os planos de assassinatos, eles "poderão transitar pelo Brasil inteiro".

"Se eles provarem que não tentaram dar golpe, se eles provarem que não tentaram matar o presidente, o vice-presidente e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, eles ficarão livres e serão cidadãos que poderão transitar pelo Brasil inteiro", afirmou.

Já outros ministros admitiram, sob reservas, receio de reações de bolsonaristas mais inflamados, como a repetição do que aconteceu após a diplomação de Lula, quando seguidores de Bolsonaro incendiaram carros em Brasília.

Um aliado de Lula se diz preocupado com acirramento dos ânimos e vitimização de Bolsonaro, caso seja decretada sua prisão.

Um falou no risco de reações apaixonadas e vigílias pela libertação de Bolsonaro. Já o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, afirma que essa será uma decisão da Justiça e, diante da materialidade de provas, quem praticou qualquer crime deve ser punido.

Petistas começaram a discutir contra-ofensiva para vigílias e manifestações que venham a ser

Anistia não está em debate, diz Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse nesta quarta (19) que anistia aos envolvidos no ataque golpista de 8 de janeiro não está em discussão nem é assunto dos brasileiros.

"Isso [anistia] não é um assunto que nós estamos debatendo. Quando a gente fala desse assunto, a todo instante, a gente está dando de novo a oportunidade de nós ficarmos, na nossa sociedade, dividindo um assunto que não é um assunto dos brasileiros", afirmou a jornalista.

O projeto de lei que anistia os envolvidos e abre brecha para beneficiar Jair Bolsonaro (PL) em uma eventual condenação é pauta prioritária do ex-presidente.

convocadas por bolsonaristas. O PT deverá reforçar a organização de atos do Dia do Trabalhador, para esboçar uma reação aos bolsonaristas mais fervorosos.

Segundo esses ministros, embora o noticiário se concentre no teor da denúncia, não trará aumento da popularidade de Lula. Para reverter a queda de aprovação, o governo terá que se dedicar a medidas econômicas.

Do ponto de vista eleitoral, aliados de Lula avaliam que a denúncia contra Bolsonaro, associada à apresentação de provas, põe o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em situação delicada, pois terá de defender o padrão político no curso do processo.

Mas interlocutores de Lula reconhecem que a fragilização política de Bolsonaro deixa outros atores da direita à vontade para articular alianças para 2026.

A estratégia do governo frustrou militantes que esperavam de Lula manifestação contundente, que animasse os eleitores. O ex-ministro Paulo Pimenta (PT) foi um dos que fizeram vídeo apostando na prisão de Bolsonaro.

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), disse que a denúncia foi seu melhor presente de aniversário.

O perfil oficial do PT publicou em rede social na noite de terça: "Você viu o Bolsonaro? Totalmente denunciado". A mensagem parodia meme com frase da atriz Fernanda Torres, indicada ao Oscar, em programa de comédia.

A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, disse em vídeo que a prisão é o "lugar onde Bolsonaro merece estar". "A PGR colocou a denúncia e a justiça vai ser feita. Então, aviso pros bolsonaristas estão aí todos animados querendo impeachment de Lula. A prisão é de Bolsonaro. Ele está ilegível e ele tem que pagar pelos crimes."

Folha de São Paulo

Nikolas Ferreira Tarcísio é o nome mais forte da direita para 2026 e pode receber aval de Bolsonaro

Deputado federal, porém, afirma que governador de São Paulo enfrentará resistências e que Kassio Nunes Marques, como presidente do TSE em 2026, poderia conceder liminar para ex-presidente concorrer à Presidência

ENTREVISTA

Marianna Holanda

BRASÍLIA O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) disse que vê o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como o nome mais forte da direita para a eleição presidencial de 2026 num cenário com Jair Bolsonaro (PL) inelegível.

O parlamentar concedeu entrevista à Folha na tarde de terça-feira (18), horas antes de a PGR (Procuradoria-Geral da República) apresentar uma denúncia contra o ex-presidente sob acusação de liderar uma trama golpista.

Nikolas afirmou que não descartaria a possibilidade de uma decisão judicial que permita a Bolsonaro disputar a próxima eleição. No entanto, ele apontou que Tarcísio poderia ter o aval do ex-presidente para concorrer.

O deputado mineiro classificou as investigações contra Bolsonaro como uma perseguição, criticou a classificação dos atos de 8 de janeiro como uma tentativa de golpe e afirmou que a direita bolsonarista tem a expectativa de votar um projeto de anistia até a metade deste ano.

*

O sr. acredita que, uma vez denunciado, seja possível uma prisão de Bolsonaro? Quanto mais honesto você for nesse país, mais chance tem de se ferrar. A Dilma [Rousseff] cometeu, de fato, um crime de responsabilidade fiscal e agora é presidente de um banco, ganhando milhares de dólares e com seus direitos políticos [preservados]. O Lula, condenado em três instâncias, é presidente. As coisas estão invertidas neste país. É possível? Claro. Da mesma forma como é possível o Bolsonaro ir para a cadeia e um traficante ser solto, como o STF está soltando.

O que representa para a direita essa denúncia? Uma perseguição, claro. Para mim, de fato, não tem nenhum tipo de substância de golpe. É algo completamente fictício. Como é que não há uma arma no evento que é um golpe? Não há uma hierarquia? Não foi apreendido nenhum tipo de arma de fogo. Não teve uma morte, não teve absolutamente nada nesse sentido. Existiu um crime de depreciação de patrimônio público, como a esquerda cansou de fazer ao longo da história dela. Então, ou todo mundo tem que ir para cadeia com 17 anos [de pena], ou ninguém tem que ir.



Nikolas Ferreira de Oliveira, 28

Formado em direito pela PUC em Minas Gerais, foi eleito vereador em 2022 pelo PRTB. Dois anos depois, foi eleito deputado federal pelo PL, com a maior votação do Brasil, com 1.492.047 votos. Na Câmara dos Deputados, foi presidente da Comissão de Educação

Pedro Ladeira/Folhapress

Tarcísio defende Bolsonaro com distorções

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) jamais compactuou com qualquer movimento antedemocrático e que ele é a principal liderança política do Brasil.

A declaração foi feita pelo governador em redes sociais, na manhã desta quarta-feira (19), horas após o ex-presidente ter sido denunciado ao STF (Supremo Tribunal Federal).

A polícia encontrou um planejamento de golpe de Estado e um plano de assassinato de autoridades. Isso não seria o suficiente? São quase mil palavras de "suposto", indícios, e isso enfraquece o indiciamento. Porque para você colocar na cadeia uma pessoa que vai fazer 70 anos de idade, que é um ex-presidente da República, tem que ser algo no mínimo [no nível do] mensalão, né? Ou talvez porque a pessoa estava envolvida em corrupção e um amigo da pessoa foi condenado a 400 anos, como foi o caso do Sérgio Cabral. Isso, para mim, é uma certeza de que houve um crime e um indício muito forte. Então, sério mesmo, tentou dar um golpe? Não faz sentido.

Como está a negociação com Hugo Motta [presidente da Câmara] para pautar o projeto da anistia? Tem algum prazo? Nós temos expectativa de prazo até a metade desse ano. Acredito que nós temos votos para poder aprovar a anistia. As pessoas estão sensibilizadas.

O que o sr. acha da proposta para reduzir a pena de inelegibilidade da Lei Ficha Limpa? Discreto. A Ficha Limpa, da maneira como está agora, é utilizada para perseguir um lado somente. O crime do Bolsonaro não é comparável ao crime de corrupção, crime de propina, enfim. [Mas] para mim, você não pode querer mudar uma lei toda simplesmente para poder beneficiar uma pessoa. Precisa olhar o todo e ver as consequências. Porque, se você é contra a Ficha Limpa, é a favor do sujeito? Para as pessoas, isso pega muito mal. Acho que a melhor maneira é resgatar os direitos políticos dele [Bolsonaro].

Como? Não posso duvidar da capacidade de o Brasil fazer coisas que parecem absurdas se tornarem reais. Ou seja, é possível o Bolsonaro se candidatar. Até mesmo porque, no TSE, quem mandava não era a lei, era o Moraes.

Com a presidência do Kassio Nunes Marques no TSE, em 2026, isso poderia mudar? Ué,

pelo visto a lei é o juiz, né? Então por que só o Moraes pode?

Kassio poderia conceder uma liminar? Sim. O STF não decidiu, sem passar pelo Congresso, que transfobia é crime? Teve alguma mudança no Código Penal? Simplesmente equiparou com racismo e voilá. Então, se o ministro do TSE decidir, acho que ele tem que estar [na eleição].

Diante do cenário que está posto, com Bolsonaro inelegível, quem é o nome mais forte? Acredito que seja o Tarcísio, pela proximidade com o Bolsonaro, pela atuação no Governo de São Paulo e pela sua capacidade. Óbvio, ele vai enfrentar algumas questões com a direita, como sua relação com [Gilberto] Kassab. A direita tem, no mínimo, uma resistência com essas figuras históricas que não nos trazem boas recordações. Mas acho ele [Tarcísio] uma pessoa extremamente capacitada e com a possibilidade do aval do Bolsonaro de concorrer à Presidência da República.

Bolsonaro poderia dar aval para alguém que não é filho dele? Ele deu algumas entrevistas falando do Eduardo [Bolsonaro], do Flávio [Bolsonaro] e da Michelle [Bolsonaro]. De fato não sei se é a preferência dele escolher as pessoas da família ou se pretende escolher alguém de fora.

O sr. acha que tinha que ser um nome mais moderado para a Presidência? O conceito de moderado é muito volátil. Acho que ele [Tarcísio] tem, talvez, um trânsito maior no âmbito do centro. Mas a escolha desse nome, com certeza, vai passar pelo Jair Bolsonaro. Não tem como.

No mês passado, o ex-presidente fez uma fala que muitos viram como uma indireta para o sr., em que disse que há candidatos se lançando "na base da lacração". O que o sr. acha? Tem muita gente em volta que vai se sentir ameaçada, vai ter ciúmes. Pouco me importo. Nunca pedi para ter a quantidade de seguidores que tive. Nunca imaginei que um vídeo meu seria o vídeo mais visto em 24 horas no mundo. E nunca persegui isso, nunca foi uma meta. Toda pessoa que tiver resultado aqui nesse país vai tomar pancada, mesmo que seja dos seus. Não acho que essa fala foi direcionada a mim, mas sei que tem pessoas que tentam me jogar contra o Bolsonaro. Tenho uma relação extremamente aberta com ele. Agora, discordância sempre vai haver, poxa. É dessa maneira que trato o nosso relacionamento, de ser sincero, aberto. E cada um a sua liberdade de discordar.

Quem são essas pessoas que tentam jogar o sr. contra Bolsonaro? Basta ter dois olhos, abrir o Twitter, que você vai ver.

Há uma PEC para a redução de idade mínima para o Senado. O sr. quer ser candidato? Seria um privilégio poder ser o senador mais jovem da história do país. Acho que o Senado se encaxaria como uma luva para mim.

Folha de São Paulo

Cid mudou depoimento após ameaça de Moraes

Militar alterou sua versão sobre a trama golpista depois de ministro do STF dizer que decretaria sua prisão

César Feitoza e Ranier Bragon

BRASÍLIA A retirada do sigilo da colaboração premiada de Mauro Cid mostra que o ex-chefe da ajuda de ordens de Jair Bolsonaro (PL) mudou de forma relevante a sua versão sobre pontos capitais da trama golpista em uma audiência em que o ministro Alexandre de Moraes ameaçou decretar a sua prisão, revogar a colaboração e seguir investigações que atingiriam seus familiares.

Em 21 de novembro de 2024, Cid foi à sala de audiências do STF (Supremo Tribunal Federal) pressionado por pedido da Polícia Federal e parecer da PGR (Procuradoria-Geral da República) favorável à sua prisão por descumprimento dos termos do acordo.

Investigações da PF mostravam elementos que colidiam com afirmações feitas até então por Cid.

Presidiu a audiência o próprio Moraes, que disse: "Nós vamos começar de forma bem direta, o que caracteriza o meu estilo". Depois, afirmou que era a "última chance" de Cid dizer a verdade.

Nesse dia, o militar disse que uma reunião, em novembro de 2022, na casa do general Walter Braga Netto — que foi candidato a vice na tentativa de reeleição de Bolsonaro — visava promover "caos social" para justificar intervenção das Forças Armadas para manter o presidente no poder.

Antes, Cid dizia que a reunião era um mero encontro de militares que queriam tirar foto com Bolsonaro e Braga Netto.

Ele ainda mudou sua versão sobre a saída antecipada do encontro dos tenentes-coronéis Rafael de Oliveira e Helio Ferreira Lima com Braga Netto, em 12 de novembro de 2022. Nos primeiros depoimentos, disse que deixou a

casa de Braga Netto porque tinha agenda no Palácio do Alvorada.

Mas a Moraes disse que foi Braga Netto quem pediu para ele sair após os militares começarem a conspirar contra Lula.

"Quando entrou no nível das ideias, o general Braga Netto interrompeu e falou assim: 'Não, o Cid não pode participar, tira o Cid porque ele está muito próximo ao Bolsonaro'", disse.

O delator disse que o encontro na casa de Braga Netto debateu formas de causar confusão para obrigar as Forças Armadas a aderirem ao golpe de Estado planejado por Bolsonaro e aliados.

Cid também mudou a versão sobre mensagens em seu celular de militares pedindo R\$ 100 mil no final de 2022. Antes, falava que era pedido quase em tom

de brincadeira, que nunca se concretizou e que tinha o objetivo de levar gente para os acampamentos em frente ao QG do Exército.

A Moraes, disse não saber o motivo exato do pedido. E que, diante das informações levantadas pela investigação, acreditava que o montante poderia ser usado para ações contra Moraes — como a prisão ou assassinato do ministro, como previsto no plano "Punhal Verde Amarelo".

Afirmou ainda que tentou conseguir os R\$ 100 mil com a direção do PL, que recusou. Depois, seguiu, Braga Netto conseguiu dinheiro com "o pessoal do agro" e pediu para Cid entregar os valores ao tenente-coronel Rafael de Oliveira em uma sacola de vinho.

O termo da audiência relata que Moraes informou ter havido

Delação prevê perdão ou pena de até 2 anos

O acordo de colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid com a Polícia Federal prevê que ele e sua família terão perdão judicial ou pena privativa de liberdade inferior a dois anos.

A estratégia de Mauro Cid com a delação era manter a sua carreira no Exército e evitar impactos judiciais para seus familiares, conforme apurou a Folha.

conjunta de provas pela PF que colidiam com depoimentos anteriores de Cid, que tentava "minimizar a gravidade dos fatos".

"O ministro relator ainda esclareceu que, se as omissões e contradições não forem sanadas, nos termos da legislação vigente, isso poderá acarretar a decretação da prisão preventiva e a rescisão do acordo de colaboração premiada, com efeitos não só para o colaborador, mas também em relação ao seu pai, sua esposa e sua filha maior", diz o termo.

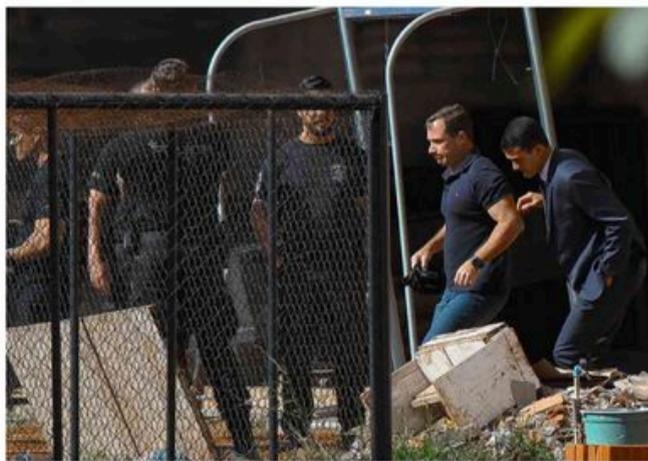
A fala de Moraes também está transcrita nos autos da delação.

"Eu gostaria de fazer um breve resumo, para demonstrar a importância dessa audiência, especialmente para o colaborador, o coronel Mauro Cid", diz o ministro, que passa a listar as contradições entre os depoimentos anteriores e as provas colhidas pela PF.

"O colaborador tem também não só benefícios, mas também obrigações", diz Moraes.

"E as obrigações, a maior delas é não se omitir, não se contradizer. Não há, na colaboração premiada essa ideia de que só respondo o que me perguntam. Não! (...) Se não houver efetividade da colaboração, se a colaboração em nada auxiliou, não há por que, dentro dessa ideia de justiça colaborativa, a justiça premial, se dar os benefícios", completa, acrescentando que Cid estava dizendo "uma série de mentiras na colaboração premiada".

Moraes alertou Cid das consequências inclusive para a família. "Já há o pedido da Polícia Federal, já há o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, pela imediata decretação da prisão, do retorno à prisão do colaborador", diz o magistrado.



O tenente-coronel Mauro Cid deixa a Polícia Penal do DF. Pedro Ladeira - 9.set.23/Folhapress

Folha de São Paulo



O ministro do STF Alexandre de Moraes em sessão plenária da corte Pedro Ladeira/Folhapress

Plataforma Rumble e empresa de Trump processam Moraes em ação conjunta nos EUA

Pedido encaminhado a tribunal da Flórida diz que ordem sigilosa emitida por ele contra Allan dos Santos viola soberania americana

Glenn Greenwald

A empresa de mídia do presidente dos EUA, Donald Trump, e a plataforma de vídeos Rumble entraram com uma ação conjunta em um tribunal federal americano contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. O processo foi movido em distrito na Flórida onde o Rumble está sediado.

As plataformas dizem que recentes ordens de Moraes determinando que o Rumble feche a conta do influenciador bolsonarista Allan dos Santos e forneça seus dados de usuário violam a soberania, a Constituição e as leis dos Estados Unidos.

As ordens foram emitidas de forma sigilosa e proíbem que o Rumble divulgue seu teor.

Um dia antes, Moraes recebeu da PGR (Procuradoria-Geral da República) a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 33 pessoas sob a acusação de participar de trama golpista para impedir a posse de Lula (PT).

O Rumble saiu do Brasil em dezembro de 2023 pelo que descreveu como "ordens injustas de censura" de Moraes para banir da plataforma criadores de conteúdo e figuras públicas, incluindo parlamentares.

Na época, Moraes determinou que o Rumble mantivesse sigilo sobre essas ordens, ameaçando a empresa com a interrupção de seus serviços no Brasil se não as

cumprisse imediatamente. A decisão da plataforma de sair do país se deu para evitar a imposição de multas pela Justiça brasileira.

Num contexto semelhante, Moraes ordenou em agosto passado a suspensão da rede social X (ex-Twitter) no Brasil por não remover perfis e postagens.

Este jornalista obteve e publicou uma dessas ordens sigilosas em janeiro de 2023. O documento dava duas horas para o cumprimento das exigências, sob pena de multas diárias. Ante a pressão, o Rumble optou por sair do Brasil.

Com a nova administração Trump prometendo proteger a liberdade de expressão das empresas americanas contra censura de governos estrangeiros, e com Moraes recentemente revogando a ordem que bloqueava a conta do podcaster Monark no Rumble, a plataforma retomou o serviço no Brasil neste mês.

Quase imediatamente, Moraes enviou novas determinações aos ex-advogados do Rumble no Brasil, instruindo-os a continuar representando a empresa para que pudessem receber suas ordens.

A nova medida que está no centro do processo exige que o Rumble encerre permanentemente a conta de Allan dos Santos e impeça a criação de novos perfis.

Diferentemente de ordens anteriores, a determinação não é só de bloquear o conteúdo de Allan dos Santos, mas de remoção total da plataforma, impedindo-o

de utilizar e monetizar o Rumble em qualquer lugar do mundo.

Como nas decisões anteriores, a plataforma teve apenas duas horas para cumprir a exigência.

Allan dos Santos enfrenta acusações criminais no Brasil relacionadas a suposta disseminação de desinformação sobre o STF e as eleições de 2022. Mas, em abril passado, o governo Joe Biden rejeitou pedido de extradição do Brasil, argumentando que tais atos não são considerados crimes nos EUA, protegidos pelo direito à liberdade de expressão.

Tratados de extradição geralmente impedem que um país extradite um estrangeiro se os atos em questão não forem crimes lá. O pedido de asilo político de Allan dos Santos ainda está pendente, e ele reside legalmente no país.

O CEO do Rumble, Chris Pavlovski, disse que a rejeição americana da extradição deveria ter encerrado as tentativas de Moraes de silenciar Allan dos Santos nos EUA. Mas, disse ele, "Moraes agora está tentando contornar completamente o sistema legal americano, utilizando ordens sigilosas de censura para pressionar redes sociais americanas a banir o dissidente político em nível global".

O advogado do Rumble, E. Martin De Luca, argumentou que, como residente legal dos EUA, Allan dos Santos tem liberdade de expressão protegida integralmente pela Constituição americana.

O objetivo da ação, disse, é "ga-

CEO diz que não cumprirá 'ordens ilegais' de Moraes

O CEO da plataforma de vídeos Rumble, Chris Pavlovski, publicou nesta quarta (19) post em que marca o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes e diz que "não cumprirá suas ordens ilegais".

"Oi @alexandre. A Rumble não cumprirá suas ordens ilegais. Em vez disso, nos veremos no tribunal", diz a publicação, feita em português e inglês.

Popular entre influenciadores da direita, o Rumble anunciou seu retorno ao Brasil no início de fevereiro.

Criada em 2013, a plataforma é uma alternativa ao YouTube e busca se diferenciar se colocando como a favor do "livre discurso", com menos regras de moderação de conteúdo, e vinha ganhando espaço no Brasil a partir de 2022.

Dois dias depois de o Rumble voltar ao Brasil, a Casa Branca anunciou a criação de canal oficial do governo na plataforma.

No fim de novembro passado, Pavlovski postou foto com Donald Trump e Elon Musk, dono do X e responsável por comandar um departamento no governo republicano. Na legenda escreveu: "Liberdade de expressão salva".

rantir que empresas americanas permaneçam sob a jurisdição das leis dos EUA e que nenhum tribunal estrangeiro possa, unilateralmente, ditar quais discursos são permitidos em plataformas americanas sem autorização do governo dos Estados Unidos".

As gigantes da tecnologia nos EUA vêm se mobilizando para que o governo Trump as auxilie contra regulações de moderação de conteúdo por governos estrangeiros, as quais consideram censura política.

Em janeiro, o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, anunciou o fim do programa de verificação de fatos do Facebook e pediu ao governo americano que protegesse as empresas de tecnologia contra governos estrangeiros que "estão atacando empresas americanas e pressionando por mais censura". Trump expressou apoio às mudanças.

Os advogados da empresa de mídia de Trump argumentam que qualquer tentativa de restringir as operações do Rumble no Brasil também prejudicaria a Trump Media and Technology Group Corp. (Trump Media), dona da plataforma Truth Social.

O Rumble fornece os serviços de nuvem que sustentam a Truth Social, e qualquer bloqueio na plataforma poderia desestabilizar a empresa de Trump, dando base legal para contestar Moraes.

As implicações políticas desse processo podem ser tão ou mais significativas que as jurídicas. Figuras importantes do governo Trump já demonstraram hostilidade em relação a Moraes e ao que consideram um regime de censura crescente no Brasil.

O enquadramento das ordens de Moraes como ataques à soberania americana, às empresas americanas e à liberdade de expressão de residentes dos EUA tem potencial de intensificar as tensões entre Moraes e seus novos adversários influentes, como Elon Musk, figura de grande influência no novo governo americano. Durante o embate entre X e o STF, Musk atacou Moraes duramente, chamando-o de "um ditador tirânico disfarçado de juiz" e um "criminoso".

Em agosto, Musk publicou imagem gerada por inteligência artificial com Moraes atrás das grades e disse: "Um dia, @Alexandre, essa foto sua na prisão será real. Marque minhas palavras".

A decisão da empresa de Trump de se juntar ao Rumble contra Moraes indica que a nova gestão americana poderá comprar a briga contra as ordens do ministro.

Trump tem evitado medidas diretas contra o Brasil, como tarifas e sanções, mas a ação pode acirrar conflitos entre os governos.

Além de buscar uma decisão que declare a ordem de Moraes ilegal sob a legislação americana, o processo também pede que Apple e Google sejam impedidos de seguir qualquer determinação do ministro de remover os aplicativos do Truth Social e do Rumble de suas lojas virtuais.

O jornalista Glenn Greenwald tem contrato com o Rumble, onde exibe seu programa online e mantém exclusividade por 12 horas; o Rumble não exerce controle editorial ou qualquer outro tipo de controle sobre o jornalismo de Greenwald.

Folha de São Paulo

Toffoli anula todos atos da Lava Jato contra Palocci, mas mantém delação

Decisão de ministro do STF é similar à que havia sido concedida a Marcelo Odebrecht

José Marques

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli anulou todos os atos da Operação Lava Jato contra o ex-ministro Antonio Palocci, tanto em relação às ações tomadas pela força-tarefa do Ministério Público Federal quanto pelo então juiz Sergio Moro.

A decisão mantém o acordo de delação premiada firmado pelo ex-ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma Rousseff (ambos do PT) e se envolveu em escândalos que o fizeram deixar os governos.

Ela vem na esteira de outras anulações da Lava Jato, como de atos contra o empresário Marcelo Odebrecht, que presidiu a empreiteira. A reportagem não localizou a defesa de Palocci.

A defesa do ex-ministro pediu a Toffoli que estendesse a ele os benefícios concedidos a Odebrecht, sob o argumento de que mensagens obtidas pela Operação Spoofing (que investigou os responsáveis por hackear e vazar conversas de procuradores) apontavam parcialidade de Moro e "incontestável quadro de conluio processual entre acusação e defesa".

Eles afirmam que Palocci foi vítima de uma "verdadeira conspiração com objetivos políticos" para atingir Lula e o PT.

Segundo eles, o ex-ministro era um tópico de conversas por ser do alto escalão do PT e "aos olhos da força-tarefa seria um importante 'degrau' para possibilitar o avanço da perseguição contra aquela agremiação política e Luiz Inácio Lula da Silva".

Toffoli argumentou que mensagens trocadas entre Moro e o



O ex-ministro dos governos Lula e Dilma Antonio Palocci. Rodolfo Buhner - 26.set.16/Reuters

então coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, sugerem parcialidade e instruções para que o Ministério Público tenha melhor desempenho.

"O necessário combate à corrupção não autoriza o fiscal e aplicador da lei a descumpri-la, devendo-se lamentar que esse comportamento, devidamente identificado a partir de diálogos da Operação Spoofing, tenha desembocado em nulidade, com enormes prejuízos para o Brasil", diz Toffoli na decisão.

"O que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para com-

bater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal, equiparando-se órgão acusador aos réus na vala comum de condutas tipificadas como crime."

Palocci foi preso em setembro de 2016 na fase da Lava Jato batizada como Omertà, termo napolitano que define o código de honra das organizações mafiosas do sul da Itália.

A expressão aparece em um dos diálogos em que procuradores comentam o que consideravam fragilidade da delação do ex-ministro. Eles apontam que Moro usava a palavra omertà para se

referir ao silêncio dos petistas.

"Russo [apelido de Moro na força-tarefa] comentou que embora seja difícil provar ele é o único que quebrou a omertà petista", disse o procurador Paulo Roberto Galvão a seus colegas num grupo de mensagens do aplicativo em 25 de setembro daquele ano.

Moro tinha dúvidas sobre as provas apresentadas por Palocci, segundo os diálogos, mas resolveu divulgar trechos da delação na véspera da eleição presidencial de 2018. Depois, deixou a função e se tornou ministro do governo Jair Bolsonaro.

Palocci não conseguiu fechar acordo de delação premiada com a Procuradoria, que justificou falta de provas. Mas a colaboração foi aceita pela Polícia Federal e homologada no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Ele saiu da prisão em novembro de 2018. Ficou estipulado que ele pagaria uma multa de R\$ 37 milhões à Lava Jato.

Desde 2023, Toffoli vem tomando decisões que anulam atos da Lava Jato. Foram beneficiados dois ex-presidentes de empreiteiras que firmaram delação: Léo Pinheiro, da antiga OAS (atual Metha), e Marcelo Odebrecht.

Os acordos de colaboração, como o de Palocci, não foram derrubados e as multas que se comprometeram a pagar seguem válidas.

Toffoli é relator, desde a aposentadoria de Ricardo Lewandowski, em abril passado, de um processo sobre a validade de decisões que usam provas oriundas dos sistemas da Odebrecht.

Em setembro de 2023, determinou que provas oriundas dos acordos de leniência da Odebrecht são imprestáveis em qualquer grau de jurisdição.

Em dezembro do mesmo ano, Toffoli suspendeu o pagamento da multa de R\$ 10,3 bilhões aplicada contra a I&F no acordo de leniência do grupo. Em seguida, veio a suspensão do pagamento de multas decorrentes do acordo firmado entre a Novonor (antiga Odebrecht) e o Ministério Público.



O que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal

Dias Toffoli ministro do STF em sua decisão

O Estado de São Paulo

Moraes expõe delação que cita pressão de Bolsonaro sobre chefes das Forças

— Após denúncia, ministro do STF retira sigilo da colaboração premiada do ex-ajudante de ordens; relatos reforçam o papel atribuído ao ex-presidente de condutor do plano golpista

RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO
LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou ontem o sigilo da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. A colaboração deu subsídios para a investigação que resultou na denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros 33 – incluindo Cid – pela trama de um golpe de Estado após a derrota na eleição de 2022. O ex-presidente foi acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de liderar as articulações por uma ruptura institucional. A delação do ex-ajudante de ordens da Presidência reforça o papel atribuído a Bolsonaro de condutor do plano golpista e relata pressão do ex-mandatário sobre comandantes das Forças Armadas e outros militares de alta patente.

A colaboração premiada esteve sob ameaça real de rescisão em novembro de 2024. A Polícia Federal (PF) avaliava que Cid estava omitindo informações. Pressionado, o tenente-coronel prestou depoimento diretamente a Moraes. Ele ficou frente a frente com o ministro na sala de audiências do STF e foi questionado sobre “contradições” em oitavas anteriores.

“Quero os fatos, por isso que eu marquei essa audiência. Eu diria que é a última chance do colaborador dizer a verdade sobre tudo”, disse Moraes. Àquela altura, a PGR já havia se manifestado a favor da prisão preventiva de Cid. O tenente-coronel foi avisado que, se não colaborasse, sairia da oitava preso. “Eventuais novas contradições não serão admitidas”, afirmou o ministro.

Cid então relatou envolvimento de Bolsonaro no plano de golpe. Ele cravou que partiu do ex-presidente a ordem para os comandantes das Forças divulgarem uma nota conjunta autorizando a permanência de manifestantes nos acampamentos montados diante de quartéis. Os chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica condenaram no texto “eventuais restrições a direitos, por parte de agentes públicos”.

Segundo Cid, o ex-presidente



Alexandre de Moraes em sessão plenária do Supremo; ministro notificou ontem denunciados pela PGR

te “sempre dava esperanças que algo fosse acontecer para convencer as Forças Armadas a concretizarem o golpe”.

“Esse foi um dos motivos pelos quais o então presidente Jair Bolsonaro não desmobilizou as pessoas que ficavam na frente dos quartéis. Em relação a isso, o colaborador também se recorda que os comandantes das três Forças assinaram uma nota autorizando a manutenção da permanência das pessoas na frente dos quartéis por ordem do então presidente Jair Bolsonaro”, diz o termo de depoimento.

URNAS. Cid afirmou ainda que Bolsonaro pressionou o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira – ex-comandante do Exército, também denunciado pela PGR –, para mudar um relatório em que a Força terrestre não identificou falhas nas urnas eletrônicas.

No depoimento de novembro de 2024, Cid afirmou: “O general Paulo Sérgio, a conclusão dele ia ser isso (ausência de falhas nas urnas). Ai, o presidente estava pressionando para que ele escrevesse isso de outra forma, né? O presidente queria que ele escrevesse que tivesse fraude. O que acabou saindo, eu acho, foi que não se poderia comprovar porque não era possível auditar”.

Em sua delação, o tenente-coronel disse também que Bolsonaro se reuniu com a cúpula das Forças Armadas para discutir a possibilidade de uma inter-

Delator diz ter entregue US\$ 86 mil a ex-presidente por venda de joias

O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, afirmou em delação premiada à Polícia Federal que entregou ao ex-presidente US\$ 86 mil (R\$ 492 mil pelo câmbio de ontem) decorrentes da venda de joias recebidas como presentes enquanto chefe de Estado. O caso das joias foi revelado em março de 2023 pelo Estadão.

O montante corresponde a US\$ 68 mil obtidos com a venda dos relógios Rolex e Patex Philippe a uma loja na Filadélfia e mais US\$ 18 mil da venda de demais joias em um centro especializado de Miami, ambas cidades nos Estados Unidos. O valor foi fracionado e entregue em espécie a Bolsonaro em diferentes ocasiões, para evitar que “circulasse no sistema bancário”, segundo Cid. ●

GUILHERME CAETANO

venção militar para anular o resultado da eleição de 2022. Segundo Cid, o ex-presidente chamou os comandantes – Marco Antônio Freire Gomes (Exército), Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica) e Almir Garnier Santos (Marinha) – para uma reunião. O argumento para convocar a alta cúpula das Forças Armadas foi a apre-

sentação de uma versão da “minuta do golpe”, que daria suporte jurídico à trama. Na versão de Cid, o então presidente “queria entender a reação dos comandantes das Forças em relação ao seu conteúdo”.

Posteriormente, o general Marco Antônio Freire Gomes e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior confirmaram a reunião em depoimento à PF. Almir Garnier está entre os denunciados.

MONITORAMENTO. Na denúncia, a PGR afirma que os atos golpistas do 8 de Janeiro foram gestados nos acampamentos e que os militares das Forças Especiais do Exército, conhecidos como “kids pretos”, direcionaram as manifestações. Foi também no depoimento a Moraes que Cid implicou Bolsonaro em um suposto monitoramento do ministro do Supremo. Segundo o tenente-coronel, o ex-presidente pediu aliados que vigiassem Moraes às vésperas do Natal daquele ano.

Cid também complicou o general Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro e ex-candidato a vice-presidente na chapa derrotada em 2022 – também acusado formalmente pela PGR. Segundo ele, Braga Netto fazia a ponte com os manifestantes nos acampamentos golpistas. O general foi preso no dia 14 de dezembro passado, após o depoimento do tenente-coronel.

Cid ainda citou uma reunião com Braga Netto, em novem-

bro de 2022. Segundo ele, o encontro foi organizado para discutir a “necessidade de ações que mobilizassem as massas populares e gerassem caos social”. O passo seguinte seria a decretação do estado de sítio. “O general Braga Netto, juntamente com os coronéis Oliveira e Ferreira Lima concordavam com a necessidade de ações que gerassem uma grande instabilidade e permitissem uma medida excepcional pelo Presidente da República. Uma medida excepcional que impedisse a posse do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva”, declarou Cid.

‘COPA 2022’. Os militares chegaram a pedir dinheiro ao PL, partido de Bolsonaro, para montar a “Operação Copa 2022” – conforme as investigações, a operação foi uma ação clandestina integrada ao plano maior, “Punhal Verde e Amarelo”. O grupo, formado no aplicativo Signal e batizado de “Copa 2022,” tinha como objetivo monitorar e assassinar Moraes.

Prova
A palavra do delator não pode basear condenações, mas a lei diz que as declarações servem como meio de prova

Mauro Cid alegou que imprimiu o plano que detalhava a logística da operação para entregar a um dirigente do partido, “provavelmente tesoureiro ou ordenador de despesa”. “O dirigente do PL disse ao colaborador que não poderia utilizar dinheiro do partido para esse tipo de operação.”

No mesmo despacho em que abriu o sigilo da delação, Moraes notificou Bolsonaro e os outros 33 denunciados por cinco crimes. Caso o Supremo aceite a denúncia, eles se tornarão réus em uma ação penal. A denúncia foi apresentada na noite de anteontem pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Os denunciados terão 15 dias para responder às acusações feitas pela PGR.

Os advogados de Bolsonaro afirmam em nota que a denúncia é baseada no acordo de colaboração de Cid, classificada pela defesa do ex-presidente como “fantasiosa”. ●

O Estado de São Paulo

PGR aponta 'dobradinha' de Bolsonaro e da 'Abin paralela' por ruptura

Denúncia cita ataques coordenados às instituições para 'execução do plano maior de ruptura com a ordem democrática'

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados instalados na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) promoveram ataques coordenados às urnas eletrônicas e a ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que acusa o ex-chefe do Executivo federal e mais 33 por tentativa de golpe de Estado.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma no documento que houve uma atuação conjunta de Bolsonaro e integrantes da chamada "Abin paralela", e que essa cooperação era parte do plano golpista. "Em relação ao sistema eletrônico de votação e aos ministros do Supremo Tribunal Federal/Tribunal Superior Eleitoral, as ações da célula de contra-inteligência intensificaram-se a partir da radicalização dos discursos públicos de Jair Bolsonaro, em meados de 2021, caracterizando o início coordenado da execução do plano maior de ruptura com a ordem democrática", diz trecho da denúncia enviada anteriormente ao STF.

O procurador-geral destaca ainda que havia uma "consonância" entre os ataques de Bolsonaro e os alvos escolhidos pela "Abin paralela", o que, segundo Gonet, confirma a "ação coesa da organização criminosa". "As ações ilícitas realizadas pela denominada 'Abin paralela', de forma indubitável, consistem em atos executórios relevantes do plano de crimes contra as instituições democráticas, por potencializarem a animosidade social contra as instituições, enfraquecendo-as e restringindo-lhes o exercício", afirma o

chefe do Ministério Público.

A denúncia aponta também que relatórios de contra-inteligência produzidos por aliados de Bolsonaro eram repassados a perfis falsos ou "cooptados" para espalhar fake news e desinformação. "Os verdadeiros beneficiários políticos da desinformação eram, assim, distantes dos ilícitos."

MONITORAMENTO. A instrumentalização do aparato de inteligência para fins políticos começou logo no início do governo Bolsonaro, em 2019, segundo a denúncia. Os sistemas da agência foram usados não apenas para espalhar fake news, mas também para monitorar autoridades que seriam "alvo de ações programadas com mais violência".

À época dos fatos narrados, o diretor-geral da Abin era Alexandre Ramagem, atualmente deputado federal pelo PL do Rio, e a agência era subordina-

da ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), então chefiado pelo general Augusto Heleno. O deputado e o general também foram denunciados pela PGR. Conforme Gonet, Heleno "tinha pleno domínio sobre as ações clandestinas realizadas pela célula".

"A estrutura era composta por policiais federais cedidos à Abin e oficiais de inteligência que atuavam sob o comando do então diretor-geral, Alexandre Ramagem. O núcleo atuava como central de contra-inteligência da organização criminosa que, por meio dos recursos e ferramentas de pesquisa da Abin, produzia desinformação contra seus opositores", afirma a PGR. O deputado do PL comandou a Abin de julho de 2019 a março de 2022.

Em janeiro do ano passado, Ramagem foi alvo da Operação Vigilância Aproximada, da Polícia Federal, sob suspeita de promover espionagens ilegais quando era chefe da Abin. Os alvos seriam nomes que Bolsonaro considerava adversários. O deputado negou os monitoramentos ilegais.

CRIMES. Os crimes imputados a Bolsonaro e aos 33 denunciados são os de organização criminosa, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado com uso de violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Somadas, as penas podem chegar a 43 anos de prisão.

Dos cinco crimes atribuídos pela PGR aos acusados, dois foram sancionados pelo próprio Bolsonaro quando era presidente, em setembro de 2021: abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de Estado. Os ilícitos foram incluídos no Código Penal pela lei de crimes contra a democracia. O texto revogou a antiga Lei de Segurança Nacional, herança da ditadura militar (1964-1985), e tramitou por 30 anos no Congresso.

A lei prevê reclusão de qua-



Bolsonaro em Brasília, onde se reuniu com aliados um dia após ser denunciado pela PGR

tro a oito anos para quem "tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o estado democrático de direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". Já o artigo 359-M, que trata sobre o crime de golpe de Estado, pune com quatro a 12 anos quem "tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído".

TURMA. A denúncia contra os 34 investigados foi encaminhada para o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do caso. Ontem, o magistrado derubou o sigilo da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, outro acusado. Moraes será responsável por analisar a acusação formal e encaminhá-la à Primeira Turma da Corte, que decidirá se os denunciados se tornarão réus ou não. Segundo o regimento interno do tribunal, o colegiado também será responsável por julgar Bolsonaro e seus aliados.

No entanto, isso não impede que a ação penal seja encaminhada ao plenário.

Caso isso não ocorra, o destino do ex-presidente ficará nas mãos de cinco ministros: além de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino. A composição do colegiado é considerada desfavorável a Bolsonaro. Primeiro, porque os dois ministros indicados por ele para a Corte, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, integram a Segunda Turma. Além disso, a Primeira Turma conta com magistrados pouco alinhados ao ex-presidente, como Moraes, com quem mantém atritos frequentes, e Dino, que foi ministro da Justiça do governo Lula.

O advogado Paulo Amador Cunha Bueno, que representa Bolsonaro, já argumentou que Moraes não deveria julgar o ex-presidente, pois o ministro é citado como um dos alvos de um plano que, de acordo com a denúncia, pretendia matar o presidente Luiz Inácio Lula da

.....

'Denúncia é passo para a responsabilização correta', afirma Defesa

Em nota divulgada ontem, o Ministério da Defesa afirmou que a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 33 por trama golpista "é mais um passo para se buscar a responsabilização correta, livrando as instituições militares de suspeições equivocadas".

Para a pasta comandada por José Múcio Monteiro, a acusação formal é "importante para distinguir as condutas individuais e as das Forças Armadas". Dos 34 acusados, 23 são militares. Foi Múcio quem avisou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anteriormente, que a PGR havia enviado a denúncia para o Supremo Tribunal Federal (STF). ● R.F.



WILTON JUNIOR/ESTADÃO



WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 18/9/2024

Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; delação premiada

☉ Silva e o vice Geraldo Alckmin depois da eleição de 2022.

JUSTIÇA ELEITORAL. A denúncia da PGR não altera a situação de inelegibilidade de Bolsonaro. Condenado pelo TSE em três ocasiões (duas sentenças seguem em vigor), o ex-presidente está impedido de concorrer a cargos eletivos até 2030.

Em junho de 2023, a Corte Eleitoral condenou Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, por causa da reunião com embaixadores em que ele atacou o sistema eleitoral do País, sem apresentar nenhuma prova. Em outubro do mesmo ano, foi sentenciado mais uma vez, por abuso de po-

der político durante o feriado do 7 de Setembro em 2022. O ex-presidente usou a data para fazer campanha eleitoral, segundo o entendimento dos magistrados do TSE.

DE FORA. Na acusação formal enviada ao STF, Gonet optou por não denunciar o presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Além do dirigente, outras nove pessoas inicialmente indiciadas pela PF em novembro passado no inquérito do golpe ficaram de fora da peça.

Entre os que não entraram nesta denúncia estão um padre e um jurista que, segundo as investigações, atuaram na elaboração de minuta golpista. O influenciador argentino Fernando Cerimedo, que divulgou informações falsas sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral, e um ex-assessor de Bolsonaro, Tércio Arnaud Tomaz, também ficaram de fora. ● RAYSSA MOTTA, ZECA FERREIRA, RAYANDERSON GUERRA, KARINA FERREIRA, JULIANO GALISI E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O Estado de São Paulo

Bolsonaro chama denúncia de 'truque' e afirma ser 'líder de oposição democrática'

Ex-presidente diz em rede social que 'regimes autoritários' precisam 'fabricar inimigos internos e perseguições'

SÃO PAULO
BRASÍLIA

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que o processo jurídico que levou à sua denúncia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) é como uma "cartilha conhecida" aplicada na Venezuela, em Cuba e na Bolívia. Ele chamou a acusação formal de "truque". Bolsonaro se pronunciou em seu perfil no X (antigo Twitter). No texto, afirmou que, em "regimes autoritários", é preciso "fabricar inimigos internos para justificar perseguições, censuras e prisões arbitrárias".

"O mundo está atento ao que se passa no Brasil. O truque de acusar líderes da oposição democrática de tramar golpes não é algo novo. Fabricam acusações vagas, se dizem preocupados com a democracia ou com a soberania, e perseguem opositores, silenciam vozes dissidentes e concentram poder", diz a publicação.

Os crimes imputados a Bolsonaro e aos demais acusados pela PGR são organização criminosa, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado com uso de violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Esta foi a primeira publicação do ex-presidente após ser denunciado. Até então, ele havia se limitado a compartilhar

publicações de aliados, nas quais o defendem ou fazem piadas na tentativa de tirar a credibilidade da acusação.

REUNIÃO. Bolsonaro participou na manhã de ontem de uma reunião em Brasília com parlamentares da oposição para traçar estratégias de ação após a denúncia da PGR. O encontro foi organizado na casa do líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS).

No momento em que ocorria o encontro, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes determinou o fim do sigilo do acordo de delação premiada do ex-ajudante de ordens da Presidência, o tenente coronel Mauro Cid.

Parlamentares ouvidos pelo Estadão afirmaram que Bolsonaro estava tranquilo durante a reunião e confiante nas estratégias propostas pelo grupo. A tática de aliados do ex-presidente neste primeiro momento é de tentar contestar a denúncia da PGR sob alegação de que as provas reunidas pela Polícia Federal contra o ex-presidente são frágeis.

Os parlamentares também apostam em uma retórica de que a denúncia inflama o País. O ex-ministro do Turismo Gilson Machado citou, por exemplo, as declarações do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, de que Bolsonaro teria colaborado com a transição de governo em 2022.

'LIDERANÇA.' O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), saiu em defesa de Bolsonaro, seu padrinho político. No X, Tarcísio disse que o ex-presidente "jamais compactuou" com qualquer tentativa de golpe. "Jair Bolsonaro é a principal liderança po-

'Todas as pessoas têm direito à presunção de inocência', diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas denunciadas pela PGR no inquérito do golpe terão direito à presunção de inocência e cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar os acontecimentos. Lula evitou comentários sobre o assunto e disse que a atribuição é da Procuradoria-Geral da República: "Não vou comentar processo que está na Justiça".

"A única coisa que eu posso dizer é que, neste País, no tempo em que eu governo o Brasil, todas as pessoas têm

direito à presunção de inocência. Se eles provarem que não tentaram dar golpe, e se eles provarem que não tentaram matar o presidente, o vice-presidente e o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, eles ficarão livres e serão cidadãos que poderão transitar pelo Brasil inteiro", disse Lula durante entrevista coletiva. A cerimônia foi acompanhada pelo primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro.

"Se na hora que o juiz for julgar, chegar à conclusão que eles são culpados, eles terão que pagar pelo que cometeram", complementou o presidente. "O processo agora vai para a Suprema Corte e eles terão todo o direito de se defender." ● FELIPE FRAZÃO

"Fabricam acusações vagas, se dizem preocupados com a democracia ou com a soberania, e perseguem opositores"

Jair Bolsonaro (PL)
Ex-presidente da República

"Bolsonaro jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do estado democrático de direito"

Tarcísio de Freitas (Republicanos)
Governador de São Paulo

lítica do Brasil. Este é um fato. Jair Bolsonaro jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do estado democrático de direito. Este é outro fato. Estamos juntos, presidente", escreveu o governador de São Paulo na rede social.

CRÍTICAS. Em nota divulgada anteontem, os advogados do ex-presidente rebateram a denúncia. A acusação foi classificada como "inepta", "precária" e "incoerente". A defesa de Bolsonaro também disse que a denúncia é baseada em uma "narrativa fantasiosa" do tenente-coronel Mauro Cid.

Os defensores também afirmaram que, "a despeito dos quase dois anos de investigações, nenhum elemento que conectasse minimamente o presidente à narrativa construída na denúncia foi encontrado".

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou anteontem que não há "nenhuma prova" contra seu pai. Também em publicação no X, o parlamentar fez críticas ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao ministro Alexandre de Moraes. "Mesmo depois de Alexandre de Moraes ter esculachado o Ministério Público Federal na fabricação dos inquéritos e torturado Mauro Cid para 'delatar' o que não existiu, o PGR se rebaixa. Cumpra sua missão inconstitucional e imoral de atender ao figado de Alexandre de Moraes e ao interesse nefasto de Lula, que está nos seus últimos meses de presidência", escreveu Flávio.

FESTA. A denúncia se tornou motivo para comemoração, durante a festa de aniversário do líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE). Antes de soprar a vela do bolo, Guimarães fez um discurso no microfone e citou a denúncia com entusiasmo. "Que essa noite nos dê cada vez mais força e energia", afirmou o líder diante dos convidados. "A PGR denunciar o Bolsonaro foi o melhor presente que eu recebi de aniversário", disse o petista.

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), também se manifestou sobre a denúncia da PGR. "O líder Guimarães celebra aniversário recebendo um presente muito especial para aqueles que defendem a democracia: a denúncia de Jair Bolsonaro", disse Gleisi. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-CE), completou: "Belo presente de aniversário que ele ganhou, né?"

● KARINA FERREIRA, BIANCA GOMES, WESLEY GALZO E VICTOR OHANA

O Estado de São Paulo

Redes sociais

Moraes vira alvo em ação de empresa de Trump e da Rumble nos EUA

Plataforma e firma do presidente americano vão à Justiça contra ministro do STF, que é acusado de censurar redes ilegalmente

.....
JULIANO GALISI

Empresa ligada ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, entrou ontem com um processo na Justiça contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A ação também tem como signatária a plataforma de vídeos Rumble. A ação acusa Moraes de censura a políticos de direita. As informações foram publicadas pelos jornais *The New York Times* e *Folha de S.Paulo*.

Por meio da assessoria do Supremo, Moraes disse que não iria comentar.

O processo foi protocolado em um tribunal federal, em Tampa, cidade americana no Estado da Flórida. Na reportagem, o NYT citou que a investida jurídica é “esforço surpreendente de Trump” para ajudar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acusado pela Procuradoria-Geral da República por ten-

tativa de golpe de Estado.

Para especialistas em Direito Internacional ouvidos pelo Estadão, o processo é estranho às regras usuais do Direito entre nações, o que, na prática, pode inviabilizar a tramitação. Ainda que a ação seja levada adiante, sua conclusão jurídica pode ser nula, ou seja, não ter efeitos práticos. Por outro lado, na esfera simbólica, o processo contra o magistrado brasileiro provoca desdobramentos desde já.

As empresas autoras da ação querem que Moraes seja processado como pessoa física. O objetivo é manter a ação na alçada do Direito Internacional privado, evitando a tipificação do caso na esfera pública. Uma ação de teor público poderia colocar a jurisdição dos Estados Unidos de encontro à do Brasil, descambiando em um ruído diplomático.

DESACORDO. Segundo advogados, esse entendimento pode ser aceito pelas autoridades americanas, mas estaria em desacordo com o que vigora no País: por aqui, uma decisão de um ministro do STF, ainda que monocrática, representa a Corte, e não o magistrado que a assinou. “A decisão pode estar certa ou errada, mas é uma decisão

.....
“A decisão pode estar certa ou errada, mas é uma decisão do Supremo. Neste caso, a ação no tribunal americano não poderia ir à frente, porque você estaria acionando o Brasil, que é, como qualquer outro país soberano, imune à jurisdição de tribunais americanos”

Salem Hikmat Nasser
Doutor em Direito Internacional pela USP e professor da FGV

do Supremo. Neste caso, a ação no tribunal americano não poderia ir à frente, porque você estaria acionando o Brasil, que é, como qualquer outro país soberano, imune à jurisdição de tribunais americanos”, afirmou Salem Hikmat Nasser, doutor em Direito Internacional pela USP e professor da FGV.

Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Brasília (UnB), o advogado Pablo Sukiennik disse que, no território brasileiro, as decisões de Moraes representam o STF enquanto instituição, mas esse entendimento não é obrigatório ao juiz americano. “As re-

gras do Direito não são universais. Cada país define se é possível ou não. No Brasil, iria contra a União”, afirmou Sukiennik. “Mas a forma como funciona no Brasil não significa que seja assim em qualquer outro lugar do mundo.”

LEGITIMIDADE. Com isso, o processo poderia ser admitido como pessoal, mas o conflito de interpretações quanto ao papel de Moraes – pessoal ou institucional – poderia levar a um processo à revelia, com uma jurisdição não reconhecendo a outra como legítima.

“Provavelmente, o Brasil responderá, quando citado, que (Moraes) é ministro do Supremo Tribunal Federal, que está agindo enquanto ministro e que a decisão não é dele”, disse Nasser. “Moraes não irá se dispor a responder ao juiz americano. Ele vai ignorar e o máximo que haverá é uma resposta do STF.”

O processo alega que Moraes abusou de “decretos extraterritoriais” contra empresas americanas, violando a soberania dos EUA. No jargão jurídico, “extraterritorial” se refere a uma decisão cujo alvo esteja localizado fora dos limites de determinada jurisdição.

No caso concreto, a Rumble, com a concordância da Trump Media, argumenta que está sediada nos EUA e, sob as leis americanas, não deveria ter sido obrigada, por ordem de Moraes, a suspender o perfil de Allan dos Santos.

Para especialistas em Direito Internacional, o argumento da Rumble é estranho ao próprio conceito de extraterritorialidade. “(Moraes) Não está dizendo para uma empresa da

Flórida: ‘Olha, você aí, faça isso ou aquilo’. Ele está dizendo que, em relação ao território brasileiro, você vai ter que bloquear esses conteúdos. Do contrário, não deixo você agir aqui no Brasil”, declarou Nasser.

“Se a atuação dessa empresa ocorre em território brasileiro, a empresa tem que se submeter às leis do Brasil. Não pode se valer da internet para dizer: ‘Não, eu tenho sede nos Estados Unidos, então eu não preciso cumprir as regras do Brasil’. Se uma empresa tem atuação no Brasil, ela precisa cumprir as regras brasileiras, inclusive de liberdade de expressão. A liberdade de expressão no Brasil é diferente da liberdade de expressão nos Esta-

.....
Esfera
O processo nos EUA poderá ser admitido como seara pessoal de Moraes com sanções individuais

dos Unidos”, disse Sukiennik.

Ontem, o CEO da Rumble, Chris Pavlovski, mandou um recado para Moraes. “A Rumble não cumprirá suas ordens ilegais. Nos veremos no tribunal”, escreveu ele no X.

REQUISITOS. Para Sukiennik, é remota a possibilidade de uma condenação americana vir a ser cumprida no território brasileiro. “Tem uma série de requisitos para uma decisão judicial estrangeira valer no Brasil. Neste caso, a chance de a Justiça brasileira vir a determinar a execução de decisão dos Estados Unidos contra o Alexandre de Moraes é menor do que zero.” ● COLABOROU KARINA FERREIRA

Cotidiano

Expressão Caiçara



Mais de 100 tipos de medicamentos chegam nas farmácias municipais em Caraguatatuba

A Prefeitura Municipal de Caraguatatuba recebeu até a última semana um lote com 108 medicamentos e suplementos alimentares. São milhares de itens para repor os estoques da rede municipal de Saúde. O investimento total chega a R\$ 5,9 milhões.

Ao todo, são 204 medicamentos que precisam estar disponíveis na rede, porém desde início deste ano, a Secretaria de Saúde trabalha para resolver o problema do estoque abaixo do esperado, com 169 itens em falta desde novembro do ano passado. A solicitação de compra dos medicamentos foi feita ainda em janeiro e a expectativa é que nesta semana, as Unidades Básicas de Saúde e todas as farmácias da rede municipal sejam

abastecidas. De imediato, o Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (CEM/CEO) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) já começaram a receber alguns medicamentos mais urgentes.

O prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva, comemorou a chegada dos novos medicamentos. “Sabemos das dificuldades enfrentadas por quem depende da rede pública e não medimos esforços para regularizar essa situação. Herdamos um déficit preocupante, mas com planejamento e responsabilidade, conseguimos renegociar com fornecedores e garantir que os medicamentos cheguem a quem precisa.”

A Secretaria de Saúde ainda aguarda

a chegada de outros medicamentos solicitados previamente, incluindo a insulina Lantus, cuja entrega está prevista para o dia 20.

Neste primeiro momento, consta em estoque medicamentos como acetilcisteína, aciclovir, ambroxol, amoxicilina, azitromicina, cefalexina, cetoconazol, clomipramina, clonazepam, fluoxetina, fenobarbital, haloperidol, ivermectina, loratadina, neomicina, metoprolol, prednisona, sinvastatina além de diversas vitaminas e sais minerais.

Tenha acesso à lista de medicamentos entregues até sexta-feira (14) <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2025/02/Secretaria-Municipal-de-Saude.pdf>.

Expressão Caiçara

Obras de recapeamento de trevo de Caraguatatuba entram na fase de final

Em atendimento à solicitação do governo municipal de Caraguatatuba, desde segunda-feira (10/2), o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) executa o recapeamento do trecho da Rodovia SP-55, próximo ao trevo de acesso a Caraguatatuba, no Indaiá. Na noite da última quarta-feira (12), o prefeito Mateus acompanhou o andamento das obras na altura da rotatória.

O serviço, executado pela empresa Ciamulti, consiste no fresamento (remoção) do asfalto antigo e colocação de massa asfáltica nova. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos até o final desta semana. O prefeito agrade-

ceu o apoio do superintendente, Sérgio Henrique Codelo Nascimento, do diretor regional da Divisão de Taubaté (DR6), Antonio Moreira Junior e de toda equipe da autarquia estadual. "Estamos aqui na reforma total da rotatória de entrada da cidade, onde os trabalhadores fizeram a substituição do solo na parte mais esburacada, em frente ao Silva Indaiá e Dicio. Muito obrigado a todos vocês do DER-SP pelo trabalho maravilhoso", reconheceu. Em 16 de janeiro, após pedido do governo municipal, foi realizada uma vistoria no principal trevo de acesso ao município, com as presenças do chefe do Executivo, do secretário de Obras Públicas, Gilson Mendes, e de técnicos do DER-SP que constataram a necessidade de recapeamento de trecho da SP-55.

Entre os anos de 2023 e 2024, a SP-55 recebeu obras de recuperação que foram divididas em três lotes: dos kms 102,3 e 108, no trecho do trevo da cidade até a região do Parque Muni-

pal do Juqueriquerê; dos kms 108 ao 112,5, no trecho do Parque Municipal do Juqueriquerê até a divisa com São Sebastião; e dos kms 81,9 e 99,6, do centro de Caraguatatuba até a divisa com Ubatuba.



Expressão Caiçara

Empresa de aplicativo de transporte inunda postes com propaganda irregular e é multada

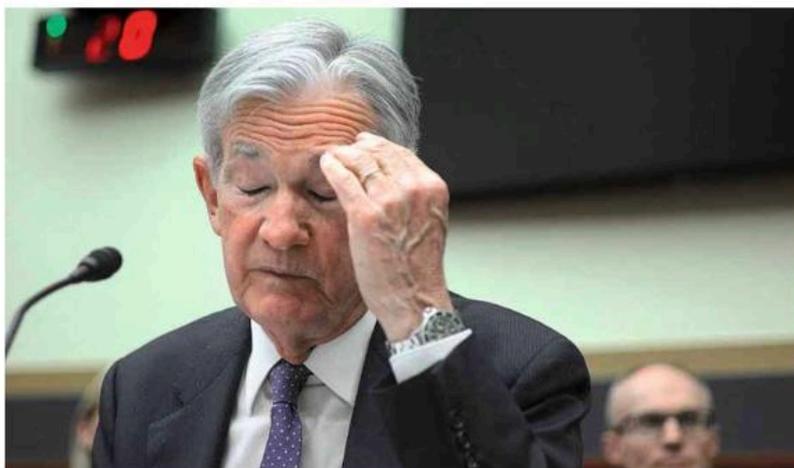
Até o começo da semana, os fiscais de Postura da Secretaria de Urbanismo contabilizaram 42 ruas entre o Centro de Caraguatatuba até o bairro Poiaras com postes de luz cobertos por propaganda irregular de uma empresa de aplicativo de transporte de passageiros. Além da retirada dos cartazes, a Secretaria de Urbanismo localizou a empresa pelo CNPJ e aplicará multa no valor de 720 VRM (Valor de Referência do Município) que está em R\$4,81. Ou seja, por rua pichada, os responsáveis devem desembolsar R\$3.463,20. A infração é prevista no Código de Posturas do município, no artigo 293: “É expressamente proibido pichar paredes, postes, e muros de prédios construídos no Município de Caraguatatuba, bem como, neles fixar cartazes”.



Folha de São Paulo

Fed vê incertezas com políticas de Trump, e dólar sobe para R\$ 5,725; Bolsa recua 0,95%

Interpretação de ata é que, preocupado com inflação, banco central americano deve manter os juros inalterados por período mais longo



O presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA), Jerome Powell. Alex Wong - 12.fev.24/Getty Images/AFP

Vitor Hugo Batista

SÃO PAULO O dólar voltou a subir nesta quarta (19), em linha com o exterior, em meio a novas ameaças tarifárias do presidente dos EUA, Donald Trump e com a divulgação da ata da reunião de janeiro do Fed (Federal Reserve, o banco central americano).

A moeda americana fechou com alta de 0,65%, a R\$ 5,725, após encerrar com queda de 0,4%, a R\$ 5,688 na véspera, menor cotação desde 7 de novembro. Em 2025, a divisa acumula queda de 7,33% ante o real.

O dólar abriu o dia em alta, mas recuou ao fim da manhã e passou a rondar a estabilidade em seguida. No início da tarde, voltou a subir e permaneceu em alta até o fim do pregão.

Já a Bolsa fechou com queda de 0,95%, aos 127.308 pontos. Na terça (18), a Bolsa encerrou com estabilidade, variando 0,01% para baixo, aos 128.531 pontos.

Com contexto nacional esvaziado, os investidores voltaram suas atenções para o exterior, em busca de notícias sobre o novo governo dos EUA e em relação à trajetória da taxa de juros do Fed.

Às 16h, foi divulgada a ata da reunião do banco central dos EUA de 28 e 29 de janeiro. Então, o Fed manteve a taxa básica de juros na faixa de 4,25% a 4,50%, após três encontros cortando juros.

Segundo a ata, as políticas de Trump criam incerteza para as perspectivas econômicas do Fed

e preocupações sobre uma inflação mais alta nos EUA. Além disso, dirigentes do Fed gostariam de ver novos progressos antes de novas quedas de juros.

A ata ajuda investidores a monitorar as próximas decisões de juros nos EUA e mensurar o impacto que a medida pode ter no mercado brasileiro.

Empresas disseram ao banco central dos EUA que esperavam repassar aos consumidores os custos mais altos de insumos decorrentes de tarifas potenciais.

"Em particular, os participantes [da reunião] citaram possíveis efeitos de potenciais mudanças na política de comércio e imigração, o potencial de desenvolvimentos geopolíticos para interromper as cadeias de suprimentos ou gastos domésticos mais fortes que o esperado", diz a ata.

Na mais recente ameaça, Trump disse pretender impor tarifas sobre automóveis de "em torno de 25%" e taxas de importação semelhantes a semicondutores e produtos farmacêuticos.

"A ata parece em linha com um comitê que prefere adotar uma pausa longa, em vista das elevadas incertezas, ainda mais diante de várias mudanças de política econômica à frente", afirma Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos.

Para Anderson Silva, head de renda variável e sócio da GT Capital, o mercado segue atento aos sinais de inflação nos EUA, pois eventual retomada do ciclo

de alta de juros ou a manutenção de juros elevados por lá "poderia impactar diretamente os mercados emergentes", como o Brasil.

A tese principal dos analistas continua sendo de que as principais medidas de Trump — como tarifas de importação e deportações em massa — têm potencial inflacionário, o que pode forçar o Fed manter a taxa de juros em patamares elevados e dificultar o retorno da inflação para a meta de 2%.

Diante das medidas e incertezas de Trump por lá, o governo brasileiro prevê alta de juros por aqui também. Isso porque, se o Fed mantiver a taxa de juros mais alta por mais tempo, o Banco Central deve seguir o mesmo caminho a fim de assegurar um diferencial atrativo para investidores na economia brasileira.

A percepção do mercado é de que as tarifas são mais uma tática de negociação do que planos concretos, e abrem espaço para acordos entre os países que estão na mira do presidente americano.

Desde que tomou posse, a única medida comercial de Trump ativada até o momento foi a tarifa de 10% sobre importações chinesas, com outras medidas sendo adiadas ou ainda distantes da data de entrada em vigor, o que abre espaço para negociações.

Com as ameaças tarifárias, a Bolsa europeia STOXX 600 teve sua maior queda diária deste ano nesta quarta (-0,91%).

Com Reuters

Folha de São Paulo



Vacinação contra dengue em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos em São Paulo. Rovena Rosa - 4.abr.24/Agência Brasil

Governo de São Paulo decreta emergência por dengue em todo o território paulista

Medida foi anunciada pelo secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, nesta quarta-feira (19); até agora foram 113 mortes neste ano

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O Governo de São Paulo decretou na manhã desta quarta-feira (19) situação de emergência por dengue em todo o território paulista. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) deve assinar o decreto até esta quinta-feira (20).

A medida permite a implementação de ações com maior agilidade, bem como a alocação de recursos adicionais do governo federal. A expectativa da gestão paulista é que a doença atinja o pico em meados de abril no estado. "Saúde é tripartite. Precisamos dos três entes da federação com o mesmo foco, até porque o combate às arboviroses é um desafio gigante", disse o secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva.

É a segunda vez na história que SP decreta situação de emergência em relação à dengue. A primeira foi ano passado, em 4 de março, quando também havia 300 infecções por 100 mil habitantes e 33 óbitos confirmados.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, 60 municípios paulistas estão com decreto de emergência por dengue ativo. Conforme dados atualizados nesta quarta, SP registra 124.038 casos confirmados de dengue e 113 mortes — a maioria contraiu o sorotipo 2. Há ainda 82.908 casos e 233 óbitos em investigação.

Na comparação com o mesmo período de 2024, os números são menos expressivos. No ano passado, a esta altura o estado tinha 198.668 casos e 159 mortes.

Durante reunião no COE (Centro de Operações de Emergências), o secretário anunciou medidas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya. "A gran-

de arma que temos para diminuir a entrada [da dengue] é eliminar criadouro. É igual guerra, você precisa ter estratégia", afirmou.

Entre as estratégias está o aumento de recursos para internação de pacientes com dengue em hospitais e unidades de saúde conveniadas ao SUS. "[Serão] 20% a mais de leitos em todas as unidades hospitalares de SP. Mas ideia é tratar ambulatorialmente essas pessoas, hidratando, para que não tenham sinais de agravo que necessitem de internação."

Outra medida é o investimento de R\$ 3 milhões para aquisição de 100 equipamentos de nebulização portátil e dez de nebulização ambiental. O Governo de SP tem 730 máquinas portáteis e 55 pesadas para o combate ao mosquito transmissor da dengue.

Segundo Paiva, insumos e medicamentos não estão em falta — foram adquiridos sais de reidratação oral, soro fisiológico e anti-térmicos —, mas é preciso investir mais em salas de hidratação para evitar casos graves da doença. "Em alguns ainda vemos salas de hidratação muito tímidas. A grande arma que temos para diminuir os casos graves é a hidratação. Precisamos fazer diagnóstico e tratamento precoces para mudar a curva", afirmou Eleuses Paiva.

A campanha "São Paulo: somos todos contra o mosquito da dengue", na TV e na internet, reforça a importância de combater os criadouros do *Aedes aegypti*. E o portal Dengue 100 Dúvidas (www.dengue100duvidas.sp.gov.br) traz esclarecimentos.

Neste ano, a pior situação no estado é a do departamento regional de saúde de São José do Rio Preto, que tem 102 municípios. A região registrava, até esta quarta, 37,580 casos de dengue e 36 mor-

tes. Conchas é a cidade com maior incidência da doença (9.255,21 casos por 100 mil habitantes).

Podem se vacinar contra a dengue crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos. Na última sexta (14), o Ministério da Saúde autorizou todos os estados e o DF a ampliarem a vacinação em casos em que o imunizante está perto do vencimento. Doses que estiverem a dois meses do fim do prazo de validade poderão ser aplicadas em pessoas de 6 a 16 anos ou remanejadas para cidades que ainda não fazem a vacinação. Já doses que estiverem a um mês do prazo poderão ser aplicadas em quem tenha entre 4 anos e 59 anos, 11 meses e 29 dias.

Os municípios que aderirem à estratégia deverão comunicar a vigilância epidemiológica do estado. Na cidade de São Paulo, não está prevista a "xepa" da vacina contra a dengue, pois, segundo Luiz Carlos Zamarco, secretário municipal da Saúde, as doses disponíveis começaram a vencer apenas em novembro na capital.

Já a vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan é a esperança de quem não faz parte do atual público-alvo. O imunizante é capaz de induzir a produção de anticorpos contra os quatro tipos de vírus, diz o diretor do instituto, Esper Kallás.

"Abre perspectiva teórica de implementar uma vacina em grande porcentagem de uma dada população, quebrar cadeia de transmissão e, a médio prazo, eventualmente impedir que ocorram surtos na magnitude que a gente tem visto em 2024 e 2025", afirma Kallás. A vacina do Butantan está em análise pela Anvisa, que solicitou mais dados sobre o imunizante — eles foram enviados em dezembro.

Folha de São Paulo



Grupo pratica canoa havaiana na praia do Perequê em Ilhabela, litoral norte de São Paulo Fotos Zanone Fraissat - 14 Jan.2023/Folhapress

Ilhabela é destaque no litoral paulista com praias, cachoeiras e acesso fácil

Município-arquipélago, farto em atrativos, concentra locais mais badalados e outros que demandam atravessar trilhas e estradas de terra; borrachudos são contratempo

★★★ SÉRIES FOLHA ILHAS DO BRASIL

Murilo Bomfim e
Guilherme Genestreti

ILHABELA (SP) A pouco mais de 200 quilômetros da capital paulista, Ilhabela tem seu nome no singular, mas poderia ser plural. Formada por 19 ilhas, ilhotes e lajes, é um dos dois municípios-arquipélagos marinhos brasileiros (o outro é Cairu, na Bahia). A ilha de São Sebastião é a mais extensa e concentra a maioria das atrações e da estrutura turística local.

Ela é famosa por praias idílicas e também por um aspecto muito específico de sua fauna: os borrachudos. Os mosquitos são muito presentes em lugares próximos a rios e cachoeiras e, consequentemente, afetam as principais atrações de Ilhabela. A solução, no entanto, é fácil. Assim que o protetor solar for absorvido, basta passar repelente por cima (e reaplicar após entrar na água).

Já no centro da ilha, há praias de fácil acesso, mais urbanas. É o caso do Perequê, a mais movimentada da cidade. Por lá, encontram-se bares, restaurantes, diversas opções de hospedagem e agências de turismo — e de lá, também, que partem passeios de barco para praias de outras regiões da ilha.

As águas são calmas e propícias a atividades como canoa havaiana e stand-up paddle. A região central abriga ainda praias como Saco da Capela, Pequeá e Enge-



Cachoeira do Paquetá, próxima da praia do Curral, na ilha paulista

nho d'Água, todas acessíveis por carro, bicicleta ou caminhada.

É possível seguir pela estrada, na direção norte, até a praia do Jabaquara, uma das favoritas dos visitantes. O caminho é asfaltado por uma boa parte e, no final, é de terra, com pedras e buracos (carros mais altos são indicados).

O visual compensa: um misto de mar e mata atlântica já anuncia o que está por vir. A faixa de areia é extensa, um belo rio deságua na praia, formando piscinas naturais. A água é cristalina, permitindo até mesmo a observação de peixinhos. E há quiosques para comer e beber.

Para quem quiser chegar até o Jabaquara por via aquática, existe a possibilidade de contratar a Barca no Mar, empresa que ofere-

ce passeios de catamarã acompanhados de refeições preparadas por uma chef. Uma excursão de cinco horas pode ainda incluir um mergulho na praia da Fome e custar de R\$ 450 a R\$ 490.

Uma pedida mais tranquila é a praia da Feiteiceira, não muito distante do centro, e voltada para o continente. Tem poucas ondas, mas não é recomendável para ir com crianças, já que é de tombo. Em sua ponta esquerda abriga um engenho, testemunha do passado açucareiro do lugar, hoje transformado em fazenda. A construção colonial em meio à areia e à mata forma uma bela composição para fotografias.

É na Feiteiceira que fica o Reserva Ilhabela, pousada com pegada sustentável que se propõe a uma

política de lixo zero e a geração de energia a partir de placas solares. Tem piscina e banheira de hidromassagem em sua cobertura, sala de ioga e meditação, além de um pequeno spa no mato onde são aplicadas técnicas de ayurveda e reiki — diárias a partir de R\$ 521 para o mês de março.

Ao lado fica o Prainha do Julião, restaurante pé na areia farto em pescados. Um bem servido risoto de frutos do mar sai por R\$ 118.

Já a praia do Curral, a mais badalada da ilha, fica um pouco mais ao sul. Tem quiosques, restaurantes, estacionamento e boa estrutura de hotéis e pousadas. Mas por ser muito popular, costuma encher aos fins de semana e durante a alta temporada.

Se a ideia for isolamento, o destaque no extremo sul é o Bonete, numa vila de pescadores. É possível chegar de barco ou por uma trilha que pode não ser para amadores: com trechos íngremes, o percurso pode levar até seis horas. As pausas, no entanto, são bem gratificantes. No caminho estão as cachoeiras da Laje, Saquinho e do Areado, a maior da ilha.

A dificuldade tem um lado bom: mantém a praia preservada. Tem água clara até mesmo em dias fechados, que combinam bem com a natureza exuberante, mas o mar pode ser agitado. Tudo ali é muito simples: não há sinal de celular, as opções de wi-fi são instáveis e a luz elétrica depende do gerador da comunidade, que permanece ligado no fim do dia, até as 23h. Ótimo para desconectar e curtir um jantar à luz de velas.

Se o assunto é cachoeira, vale passar na Fazenda da Toca, próxima à estrada de Castelhanos. Abriga ducha e tobogã naturais, e o passeio pode terminar com degustação de cachaças feitas pela família que comanda a propriedade.

Para chegar a Ilhabela, é preciso fazer uma travessia de balsa a partir da cidade de São Sebastião. Apesar de a distância ser de pouco mais de 2 km, não há ponte. As balsas funcionam 24 horas com saídas a cada meia hora durante o dia, sendo mais espaçadas durante a noite. O valor varia de acordo com o veículo embarcado (pedestres e ciclistas são isentos).

Há a possibilidade de contratar serviços para fazer essa travessia. A BNBoats, como diz o nome, é uma espécie de AirBNB para aluguel de barcos — uma intermediária que conecta donos de embarcações a quem opta por desembolsar valores na casa dos R\$ 600 (num barco para seis pessoas, ida e volta) para furar a balsa e chegar em bem menos tempo à ilha a partir de São Sebastião.

O acesso é fácil de carro ou ônibus. Para quem chega de avião, o aeroporto mais próximo é o de São José dos Campos, mas os aeroportos que servem a capital (Guarulhos e Congonhas) também podem ser uma boa pedida.

Para fugir dos borrachudos, uma boa dica são os repelentes da marca Citroilha, feitos à base de citronela por um fabricante local, costumam ser eficazes contra os insetos e podem ser comprados na internet ou em lojas físicas dali. Vale a pena exagerar no uso.

O jornalista Guilherme Genestreti viajou a convite do Ilhabela Convention & Visitors Bureau



O Estado de São Paulo

Congresso

Senado aprova projeto que resgata verbas do orçamento secreto

Proposta é de autoria de Randolfe Rodrigues; custo ainda é incerto e pode variar entre R\$ 4,6 bilhões e R\$ 15,7 bilhões

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por 65 votos a 1, o projeto de lei complementar que resgata recursos não gastos desde 2019. Como revelou o **Estadão**, a cúpula do Congresso quer salvar verbas do orçamento secreto e outras emendas parlamentares que não foram pagas nos últimos anos e são questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta, de autoria do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), ainda será apreciada pela Câmara.

O impacto da medida é incerto. O relator da proposta, senador Carlos Portinho (PL-

RJ), disse que a repercussão financeira máxima seria de R\$ 4,6 bilhões, de acordo com dados do Tesouro Nacional. "Esse valor representa o teto estimado, ou seja, um limite máximo teórico. Na prática, o impacto real deve ser significativamente menor", declarou o senador ao ler seu relatório.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), porém, citou um impacto ainda maior, de R\$ 15,7 bilhões. Afirmou que, desde dezembro, pede a interlocutores do governo que o assunto seja resolvido, sem sucesso. "Ainda no ano passado, tratei por diversas vezes desse tema com atores do governo federal, dentre eles Jaques Wagner, Alexandre Padilha e Randolfe Rodrigues, solicitando que o governo pudesse fazer, como fez em outros anos, um decreto de prorrogação dos restos a pagar", afirmou. "Perdi as contas de quantas vezes, ainda em janeiro, no recesso parlamentar, falei com Randolfe e com ato-



Alcolumbre, presidente do Senado; 'Obras presas na burocracia'

"Como não deu por decreto, estamos cumprindo com nossas obrigações, que é legislar, e propor uma lei para salvar R\$ 15,7 bilhões"

Davi Alcolumbre
(União Brasil-AP)
Presidente do Senado

res do governo, solicitando a providência do decreto para salvar esses recursos."

Segundo Alcolumbre, muitas obras "ficaram presas por dois ou três anos na burocracia". "Trabalhei muito para que fosse por decreto. Como não deu por decreto, estamos cumprindo com nossas obrigações, que é legislar, e propor

uma lei para salvar R\$ 15,7 bilhões, sendo que, desse valor, R\$ 6,4 bilhões são de RP1 (*despesas obrigatórias do Executivo*), R\$ 6,2 bilhões são de RP2 (*despesas discricionárias do Executivo*) e apenas R\$ 3 bilhões remanescentes de obras importantes iniciadas fruto de desejo de parlamentares", disse.

EXERCÍCIO. O projeto de Randolfe é sucinto. Diz apenas que os restos a pagar não processados e inscritos a partir de 2019 poderão ser liquidados até o fim do exercício de 2026, inclusive os que tenham sido cancelados no fim do ano passado. Os restos a pagar não processados são aqueles gastos que, no exercício para os quais foram previstos, não chegaram nem

a entrar na fase de liquidação, que é prévia ao pagamento.

O único senador a votar contra a proposta foi Eduardo Girão (Novo-CE).

RESTRICÇÕES. Portinho incluiu em seu relatório restrições para o resgate dos restos a pagar. Não poderão ser pagos valores relativos a obras e serviços que estejam sob investigação ou apresentem indícios de irregularidade, por exemplo. O relator também estabeleceu que, "para a garantia da transparência e da rastreabilidade", esses restos a pagar revalidados deverão seguir as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a lei complementar das emendas parlamentares aprovada no ano passado.

O **Estadão/Broadcast** conversou sobre o assunto com técnicos do Orçamento, em condição de anonimato. Há um entendimento de que o projeto tem uma redação "diferente da usual" quando se trata da retomada de restos a pagar.

A articulação para aprovação desse projeto se soma à tentativa do Congresso de destruir as emendas parlamentares suspensas pelo STF. Alcolumbre e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), vão se reunir com o ministro Flávio Dino, relator dos processos na Corte, no próximo dia 27. Dino chamou a audiência para cobrar o cumprimento das decisões. Os congressistas, por outro lado, querem que o Supremo afrouxe as determinações que exigiram transparência sobre os recursos de anos anteriores, prometendo cumprir as exigências daqui para frente. ●

O Estado de São Paulo

Vigilância sanitária

SP decreta emergência para dengue; pico deve ser em abril

— Houve avanço de 5% no número de casos em 24 horas, apesar de o total ser menor que em 2024; medida permite acelerar ações

.....
VICTÓRIA RIBEIRO

Diante do avanço da dengue, o Estado de São Paulo decretou estado de emergência. A medida ocorre após São Paulo atingir 124.038 infecções – uma média de 270 casos por 100 mil habitantes. Há 82,9 mil casos em investigação.

Para se ter ideia do avanço da doença, houve aumento de 5% no número de casos em 24 horas, apesar de o total ser menor que em 2024. Considerando a curva epidemiológica, a estimativa é de que o pico da doença seja em meados de abril. “Ano passado, o pico foi em maio”, disse a diretora da

Vigilância Sanitária do Estado, Tatiana Chaves. A região noroeste é a mais afetada, especialmente Araçatuba e São José do Rio Preto, onde a incidência ultrapassa 2 mil casos por 100 mil habitantes – mais de seis vezes o índice epidêmico (300 casos por 100 mil). Além dessas regiões, outras seis enfrentam epidemia: São João da Boa Vista, Araraquara, Ribeirão Preto, Marília, Presidente Prudente e Barretos.

O número de mortes confirmadas chega a 113. Outras 233 estão em análise. Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, uma em cada quatro pessoas que desenvolveram a forma grave da doença morreu.

O QUE MUDA COM O DECRETO?
 O objetivo é acelerar a tomada de decisões relacionadas à doença, incluindo a contratação de profissionais, campanhas de conscientização, aquisição de insumos e ampliação

.....
No Estado
A região noroeste é a mais afetada, especialmente Araçatuba e São José do Rio Preto

da rede de atendimento. Nessas situações, medidas podem ser adotadas sem licitação.

De acordo com o secretário de Saúde do Estado, Eleus

Paiva, foram repassados R\$ 228 milhões aos municípios. Além disso, foram adquiridos 38 milhões de unidades de medicamentos e insumos. Também foram investidos R\$ 3 milhões exclusivamente na compra de nebulizadores, que serão destinados às localidades com os cenários mais críticos.

A expectativa é de ampliar em 20% o número de leitos hospitalares para a doença.

“Nós pretendemos atuar em três frentes principais: estrutura necessária, diagnóstico precoce e manejo clínico”, afirmou Paiva. “Nós precisamos que os municípios se adiantem. Temos dialogado muito com eles sobre a importância

da conscientização, especialmente em relação às medidas de prevenção.” O secretário ressaltou ainda a necessidade de os municípios organizarem centrais de hidratação, consideradas grandes aliadas na redução dos casos graves.

Em relação à vacinação, a estratégia continua sendo a ampliação temporária, permitindo que municípios apliquem doses remanescentes. Além disso, Paiva lembrou que a vacina de dose única, desenvolvida pelo Instituto Butantan, foi submetida à Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa).

NO PAÍS. Mesmo com a autorização do Ministério da Saúde para ampliar a faixa etária da vacinação contra a dengue, pelo menos 10 capitais e Brasília vão seguir com a imunização restrita a crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

As prefeituras de Aracaju (SE); Belém (PA); Belo Horizonte (MG); Manaus (AM); Natal (RN); Porto Velho (RO); Recife (PE); São Paulo (SP); Salvador (BA); Vitória (ES) e o Distrito Federal negaram possuir doses de vacina prestes a vencer, requisito para a ampliação autorizada.

● COLABOROU GABRIEL DAMASCENO

Gerais - Local

Expressão Caiçara

GCM prende elemento por estupro de vulnerável

A Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba (GCM) realizou a prisão em flagrante de um indivíduo de 43 anos, acusado de estupro de vulnerável, em um quiosque na praia da Martim de Sá, na tarde do último domingo (16). A equipe foi acionada após denúncia de linchamento pelo Centro de Operações Inteligentes (COI) e ao chegar ao local, desfez o tumulto e conduziu o suspeito à delegacia. Após a apuração dos fatos, uma das vítimas foi localizada e, por ser menor, acompanhada por sua responsável legal, ratificou a denúncia de abuso por parte do autor na delegacia. O homem precisou passar por atendimento hospitalar na Unidade de Pronto Atendimento Central (UPA) devido ao tumulto com os populares na praia e posteriormente foi autuado em flagrante pelo crime de estupro de vulnerável, encaminhado ao sistema prisional e permanece à disposição da Justiça.



Expressão Caiçara

Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba registra mais de 2,5 mil ações em janeiro

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Caraguatatuba intensificou sua atuação no município durante o mês de janeiro de 2025, totalizando 2.569 ações voltadas à segurança e proteção da população. Entre as principais atividades realizadas, destacam-se 1.341 rondas em estacionamentos, 452 abordagens, 167 rondas em pontos turísticos e 311 multas emitidas. Além disso, a GCM registrou 22 ocorrências, das quais 90 foram resolvidas no local, além de cinco casos relacionados

à Lei Maria da Penha.

No combate ao crime, a corporação apreendeu duas ocorrências de entorpecentes, efetuou sete flagrantes e prendeu dez indivíduos. Também foram realizadas 76 vistorias em veículos e motos, o que resultou na recuperação de sete veículos.

A atuação da Guarda incluiu ainda 16 apoios às secretarias municipais, sete ações em parceria com forças de segurança, quatro outros apoios e 52 ordens

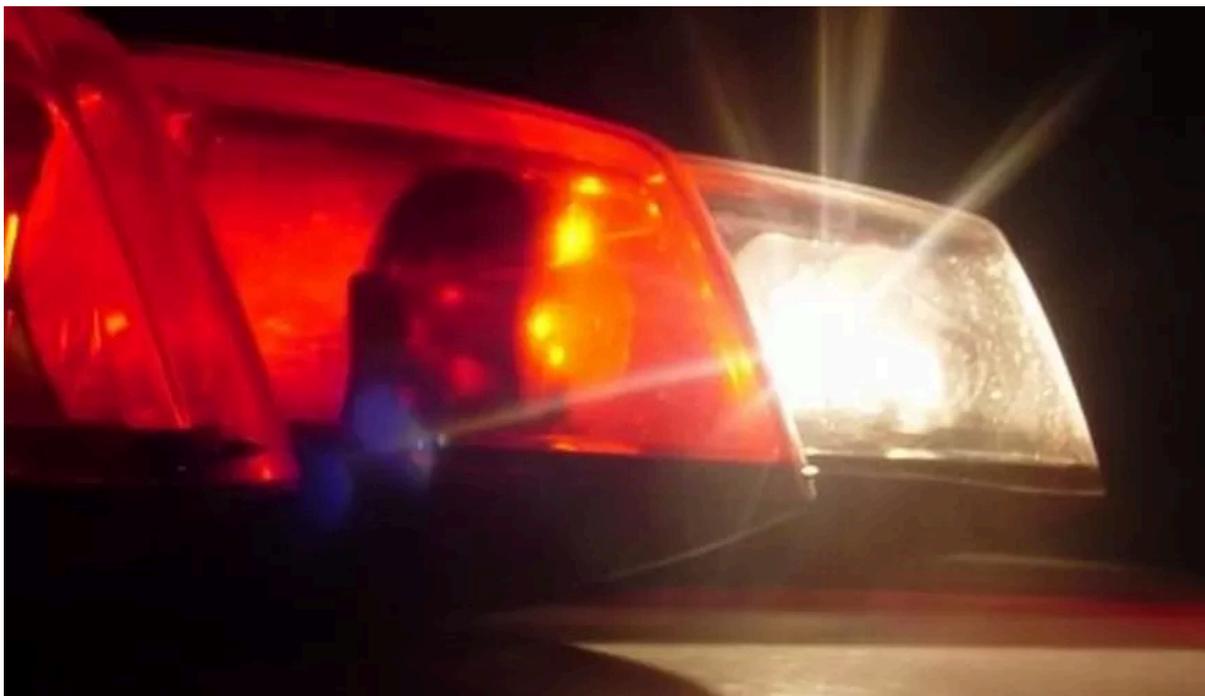
de serviço.

O governo municipal reforça a importância do trabalho preventivo da GCM e destaca que as ações continuarão sendo intensificadas para garantir a segurança e o bem-estar dos munícipes.

Para mais informações, a população pode entrar em contato com a GCM pelo número 153.



Veículo
012 News



Caraguatatuba: Dono de adega é morto a tiros no Perequê-Mirim

De acordo com informações, o caso aconteceu na Rua Valmir Alves dos Reis. Segundo a Polícia Militar, uma equipe foi acionada por volta das 6h50, para atender a uma ocorrência relacionada a disparos. Chegando ao local, os agentes encontraram um homem com várias marcas de disparos, já sem vida.

Até a conclusão desta matéria, nenhum suspeito foi preso.

Veículo
Fala Caraguá



Agentes da Guarda Civil de Caraguatatuba atendem ocorrência de tentativa de roubo

Durante patrulhamento pela região sul de Caraguatatuba na tarde da última sexta-feira (14), os agentes da Guarda Civil Municipal receberam a solicitação presencial de uma vítima que alegava ter sido assaltada há poucos instantes e entrado em luta corporal com os agressores para manter seu pertence e conseguido se desvencilhar a tempo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caraguá



Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba fortalece parceria com Clube dos Aventureiros e Desbravadores

Caraguatatuba mantém uma cooperação estratégica com o Clube dos Aventureiros e Desbravadores, programa desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia e voltado ao público infantojuvenil. A iniciativa tem como objetivo estreitar os laços entre os jovens e a Guarda Civil Municipal, promove conscientização sobre a segurança pública e incentiva a participação cidadã na prevenção e combate à criminalidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caraguá



Guarda Civil de Caraguatatuba atende ocorrência de crime de desacato e dano ao patrimônio público

Em patrulhamento preventivo pela região central de Caraguatatuba na tarde de segunda-feira (17), os agentes da Guarda Civil Municipal foram alertados por um indivíduo que testemunhou que um terceiro havia acabado de ameaçar e agredir uma banhista caso não desse a ele seu par de chinelos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
Diário Caiçara



Homem é assassinado no início da manhã em Caraguá; Polícia Civil esclarece crime e autor é preso em Poá

Um homem de 32 anos foi morto a tiros, na manhã desta quinta-feira (20/2), no bairro Perequê-Mirim, na zona sul de Caraguatatuba. O crime ocorreu às 6h35 e em menos de oito horas a Polícia Civil esclareceu o crime. O autor havia deixado a região no mesmo carro utilizado no crime e foi preso na cidade de Poá, região metropolitana de São Paulo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Nova Imprensa
G1 Vanguarda
012 News
Band Vale



Dono de adega é morto a tiros por disputa de terras

O dono de uma adega no bairro Perequê Mirim, em Caraguatatuba, foi morto a tiros nesta quinta-feira (20). A motivação do crime teria sido disputa de terras.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



GCM prende procurado pela justiça no Porto Novo e homem traficando drogas em Caraguatatuba

Duas ocorrências foram registradas pela GCM (Guarda Civil Municipal) de Caraguatatuba nos últimos dias e chamam a atenção pelo trabalho constante de patrulhamento na cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte e Turismo - Local

Expressão Caiçara

Atividades esportivas começam a ser retomadas em Caraguá



A Prefeitura de Caraguatubá retomou, de forma parcial, as atividades esportivas no município. A Secretaria de Esportes e Recreação suspendeu temporariamente as aulas para realizar o cadastramento dos alunos, uma vez que o Instituto Social Boa Esperança, responsável pelo projeto Nova Onda, levou consigo os dados dos participantes e das modalidades ofertadas ao fim do contrato no último dia 31 de janeiro.

A rescisão do contrato com o Instituto Social Boa Esperança foi necessária devi-

do à redução de aproximadamente 40% do orçamento da Secretaria de Esportes e Recreação para 2025. O contrato, que teria um custo de R\$ 9,2 milhões em seis meses, inviabilizaria a continuidade das atividades esportivas até o fim do ano.

As aulas estão sendo conduzidas por uma equipe composta por oito professores efetivos, três comissionados e 38 professores voluntários, que assinaram um termo de voluntariado.

O prefeito Mateus Silva destacou a importância do apoio dos professores voluntários. "Fomos surpreendidos com a adesão voluntária de 38 professores que eram contratados pelo projeto e acreditaram na nossa proposta de reestruturação, não apenas da Secretaria de Esportes e Recreação, mas de toda a cidade. Isso nos deu mais energia e vontade para, junto com o quadro de professores efetivos

e comissionados da pasta, promovermos um recenseamento das matrículas e retomarmos as atividades de forma gradual até que o novo chamamento, dentro da grade orçamentária, possa ser realizado nos próximos dois meses, conforme nossas expectativas."

Enquanto isso, o Instituto deve restituir os bens adquiridos com recursos da parceria encerrada e apresentar a prestação de contas final em até 120 dias.

Na última semana, o prefeito Mateus Silva reuniu-se com os professores voluntários, além dos profissionais do quadro efetivo e comissionado da Secretaria de Esportes e Recreação. "Agradeço a cada um de vocês por se colocarem à disposição para ajudar. Esse é um ato de grandeza e amor ao município e a Caraguatubá. Em meio a uma redução orçamentária de mais de R\$ 260 milhões

em toda a prefeitura, estamos enfrentando desafios em todas as áreas. Mesmo assim, vocês estão dando um banho de civilidade e têm o meu respeito."

O prefeito também ressaltou a importância do esporte na formação dos jovens. "O esporte me ensinou o que há de mais importante para o ser humano, a disciplina. Também ensina hierarquia, a ganhar e a perder. Por meio do esporte, nossas crianças podem ter um futuro diferente, romper barreiras e conquistar metas e sonhos."

A partir de 10 de março, novas atividades terão início no Centro Social Agostinho de Souza, no Morro do Algodão, com aulas de Tai Chi Chuan e Kickboxing, além de futebol de campo no campo do bairro. A previsão é que as atividades da piscina no Centro Esportivo também sejam retomadas nessa data.

Expressão Caiçara

Atletas da terceira idade do vôlei adaptado comemoram retorno às aulas

Os atletas dos times feminino e masculino de vôlei adaptado que treinam no Cemug - Centro Esportivo Municipal Ubaldo Gonçalves, no bairro Jardim Britânia, promoveram um café da manhã, na sexta-feira (14), para comemorar a volta às atividades. O grupo teve como convidado especial o prefeito Mateus Silva, que fez questão de cumprimentar os atletas e reforçar a importância do esporte em todas as idades. E também

o secretário de Esportes e Recreação, Claudio Longo, que tem a missão de impulsionar e dar visibilidade às atividades esportivas no município.

“A prática de esportes é importante em qualquer fase da vida. Além de promover a saúde e o bem estar, é uma oportunidade de socialização e diversão. Temos muito orgulho dos nossos times de idosos que sempre se destacam nos Jogos Regionais da Melhor Idade

(JOMI). Queremos novamente sediar a competição e vamos nos preparar para isso”, ressaltou o prefeito.

Integrante do time de vôlei adaptado e natação da terceira idade, Arlete Ferreira Moraes, 68 anos, frequenta há cinco anos as atividades do Cemug. “Estar aqui e fazer parte de uma equipe, é muito importante para mim. Eu provo a mim mesma que sou capaz, autossuficiente e tenho controle da minha vida. É um bem estar maravilhoso”, afirmou a atleta.

O colega Antônio Carlos Dias, 73



anos, usufrui há 20 anos desse equipamento esportivo. “Já fiz natação, agora estou no vôlei. Gosto muito de representar a cidade nas competições. Vim para cá para manter minha saúde, depois que aposentei. Foram muitos amigos que fiz nesse tempo e muitos jogos com ótimas histórias para contar”, disse.

Expressão Caiçara

Campeão de MMA apresenta projeto de Esportes para Rede Municipal de Ensino

A trajetória internacional de sucesso dos irmãos gêmeos Rodrigo e Rogério Nogueira, mais conhecidos como Minotauro e Minotouro, respectivamente, extrapolou os ringues e se tornou um projeto social bem sucedido, que une esporte e educação – o “Para Além das Fronteiras”.

A proposta foi apresentada por Rogério e assessores, na terça-feira (11), à secretária de Educação de Caraguatatuba, Roseli Morilla, e equipe, a pedido do prefeito Mateus Silva. O objetivo é usar o esporte e a educação como ferramentas de transformação, implementar núcleos de iniciação esportiva nas modalidades das artes marciais, Boxe, Judô, Jiu-Jitsu e Muay Thai, contribuir para o desenvolvimento motor, cognitivo, físico, social e afetivo das crianças e adolescentes aten-

didados nas atividades. Também combater à evasão escolar, melhorar o respeito mútuo entre os estudantes e aumentar o índice de notas.

De acordo com Minotouro, a metodologia tem base científica sólida, que preconiza o ensino de valores éticos, a redução do sedentarismo, a melhora no rendimento escolar, assimilação de regras e uso do raciocínio lógico, queda dos índices de violência, do uso de drogas e construção de uma cultura de paz.

“Nosso método reforça, ainda, princípios como disciplina, confiança, perseverança, caráter, compaixão, espírito esportivo, autorresponsabilidade e trabalho em equipe”, acrescentou o ex-atleta.

A ideia é que a curto, médio e longo prazo, os 1.687 alunos do Ensino Fun-

damental 1 e 2, sejam alcançados pelo programa. A secretária de Educação disse que as artes marciais cresceram e se destacaram muito no país e será um incentivo para alunas e alunos, inclusive para auxiliar na contenção da evasão escolar. “No momento, nosso foco é equilibrar nossa receita, nossas contas, nesse início de gestão. Ficamos impressionados com a qualidade do projeto. No futuro, espero que bem próximo, consigamos implementá-lo na rede municipal. Será um sonho a ser realizado”, disse Roseli Morilla.

O prefeito de Caraguatatuba recebeu o ex-atleta no gabinete e reforçou sua convicção na prática esportiva como transformadora de uma sociedade, positivamente.

Mateus Silva destacou que o esporte

é uma das prioridades de sua gestão, bem como a educação e que, assim, bem como a educação e que, assim, compreenderá o projeto “Para Além das Fronteiras”, no município.

“O esporte me ensinou o que há de mais importante para o ser humano: a disciplina. Também ensina hierarquia, ensina a ganhar e a perder. Por meio do esporte nossas crianças podem ter um futuro diferente, romper barreiras e conquistar metas e sonhos. Tenho certeza que a parceria Esporte e Educação proporcionará melhores resultados e é isso que queremos para nossos alunos”, afirmou.

Rogério Minotouro é faixa preta em Jiu-Jitsu e grande representante das artes marciais brasileiras no cenário do MMA mundial. Foi medalha de bronze na modalidade boxe os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007. Além de empresário é amante das causas sociais. É presidente da Confederação Brasileira de MMA Desportivo

Veículo
Radar Litoral



Últimas apresentações do 'Canto Caiçara' movimentam fim de semana em Caraguatatuba

Os shows do "Canto Caiçara" chegam à reta final com diversas apresentações. No sábado (22) e domingo (23), o Complexo Turístico do Camaroeiro, o Deck da Orla do Massaguaçu e o Centro da cidade recebem shows de diferentes estilos musicais.

Os food trucks também funcionam no sábado e domingo no Complexo Turístico do Camaroeiro e somente no sábado na Praia do Massaguaçu, das 16h às 21h.

Confira o cronograma de Food Trucks:

Complexo Turístico do Camaroeiro:

22/2 e 23/2: Trailer Maioli

Deck da Orla do Massaguaçu:

22/2: Espeticho

Programação

Sábado (22/2)

Centro

Local: Complexo Turístico do Camaroeiro

18h-19h: Dnei Gonçalves e Biel Moura (MPB, Rock)

Local: Praça Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, Praça da Cultura e Praça Cândido Motta

18h-19h: Dixieland Folia (MPB, Marchinhas de Carnaval, Músicas Temáticas)

Massaguaçu

Local: Deck da Orla do Massaguaçu

18h-19h: Joe Tenta! (Rock)

Centro

Local: Praça da Cultura

20h-21h30: Zé Andrade (Sertanejo)

22h-23h30: Sabrina Cella (Sertanejo)

Domingo (23/2)

Centro

Local: Complexo Turístico do Camaroeiro

18h-19h: Maria Diva (Hip Hop, Pop, Rap)

Cultura - Local

Veículo
Tamoios News



Feira agroecológica do coletivo Rapecca é destaque neste sábado em Caraguatatuba

O coletivo Rapecca realiza neste sábado (22/2), das 15h às 20h30, na Praça do Caiçara, no Centro de Caraguatatuba, uma feira agroecológica aberta ao público com diversas atrações. Além de contar com a participação de expositores da região, os integrantes do coletivo também propõem outras atividades, como rodas de conversa e oficinas, e abrem espaço para apresentações culturais da cidade.

A rede de agroecologia, pesca e cultura de Caraguatatuba – que deu origem ao nome do grupo – é um movimento social que tem a agroecologia como bandeira de luta. Desde 2021, o coletivo se expande em ações comunitárias, como a feira agroecológica, que visa criar espaço para produtores locais da região do litoral norte de São Paulo, destinado à divulgação, exposição e venda de seus trabalhos e produtos.

A Praça do Caiçara está localizada atrás do Polo Cultural Profª Adaly Coelho Passos, nº 72, no Centro. Mais informações: (12) 3883-9980.

Saiba mais sobre o coletivo

As ações da Rapecca também envolvem os cursos de formação em agroecologia, formação em medicina caiçara, encontros de manejo e implantação de novas hortas agroecológicas, feiras e encontros com outras comunidades formativas e de intercâmbio.

“Quintais Produtivos” é o projeto mais recente deste ano, no qual o grupo se reúne para plantar, preservar o banco de sementes crioulas (ancestrais) e fortalecer a formação agroecológica dos participantes.

Instagram: @rapecca.agroecologia

Feira Agroecológica Rapecca

Dia 22/2 – sábado – das 15h às 20h30

Praça do Caiçara (atrás do Polo Cultural Profª Adaly Coelho Passos/Centro)

Evento gratuito